

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 25.05.2022

Captar e formar os talentos para o seu bom ciclo de desenvolvimento

A era da economia baseada no conhecimento já chegou. Os talentos são criadores, utilizadores e transmissores de conhecimentos avançados, tornando-se naturalmente fundamentais para a inovação e o desenvolvimento. O Governo persiste no conceito de "promover a prosperidade de Macau através da educação" e "construir Macau através da formação de talentos", captando e formando vários tipos de talentos consoante as necessidades do desenvolvimento social, para satisfazer a procura do desenvolvimento socioeconómico a todos os níveis.

Ao longo dos anos, o Governo, através do regime de "imigração de quadros técnicos", atraiu um grupo de talentos profissionais que desempenham papéis importantes em diversas áreas, mas segundo muitos professores universitários, médicos e profissionais das quatro indústrias, devido ao prolongado tempo de apreciação dos pedidos, a autorização de residência e o BIR não permanente não foram renovados. Há pessoas que trabalham e vivem em Macau há sete anos e ainda não receberam resposta do Governo ao pedido de BIR permanente, e quando questionaram as autoridades, foi-lhes dito para "aguardarem pelas novidades", e algumas delas estão à espera há mais de dois anos. Entretanto, só podem ficar em Macau com "títulos de apresentação", as licenças profissionais não são renovadas, e os seus filhos não podem ir à escola, o que as deixa perante um dilema, tanto no trabalho como na vida pessoal.

Macau planeia elaborar novas leis, diplomas complementares e demais actos normativos para criar um "regime de captação de quadros qualificados" completo, e revogar o regime de "imigração por fixação de residência dos técnicos especializados" constante do Regulamento Administrativo n.º 3/2005 "Regime de fixação de residência temporária de investidores, quadros dirigentes e técnicos especializados". Segundo algumas opiniões, o novo regime pode influenciar a atitude do Governo sobre a renovação dos actuais "imigrantes técnicos", por isso, há muitas especulações.

Seja qual for a política de captação de talentos, o objectivo principal é a introdução dos talentos urgentemente necessários para o desenvolvimento social, a fim de impulsionar e apoiar a valorização das indústrias locais e promover o desenvolvimento das indústrias emergentes. O novo regime é completamente diferente do actual regime em termos de requisitos de admissão e de procedimentos de apreciação. Como não existem conflitos entre estes dois regimes, os pedidos novos e antigos podem ser apreciados e autorizados consoante o novo e o antigo regime. O Governo deve aperfeiçoar os actuais procedimentos de apreciação dos pedidos e racionalizar, quanto antes, os problemas e as causas existentes, identificar os rumos e as soluções, e prestar mais esclarecimentos ao público, para eliminar as dúvidas e preocupações dos

profissionais que estão à espera da renovação e da emissão do BIR permanente, e a sociedade também ficará assim mais esclarecida sobre a opção política do Governo.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Proponho ao Governo que adopte medidas activas para acelerar o processo de apreciação da renovação de residência de “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados”, agilizando a apreciação dos pedidos de autorização de residência e de renovação do BIR não permanente apresentados pelos profissionais e elementos da família que tenham residido habitualmente em Macau há menos de sete anos e por um período de 183 dias, a fim de facilitar o seu trabalho e a vida em Macau, e concedendo o documento de residência permanente o mais rápido possível aos indivíduos que tenham residido em Macau há sete anos e reúnam os requisitos para a residência permanente.

2. Sugiro ao Governo que, aquando da implementação do novo regime, divulgue, em simultâneo, os planos de formação de talentos locais nas respectivas áreas, para que a captação de talentos do exterior e a formação de talentos locais possam ser realizadas ao mesmo tempo, com vista a promover, efectivamente, a formação de talentos locais diversificados e a reserva de talentos para as indústrias.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 25.05.2022

Aperfeiçoar a interligação de *software* na zona de cooperação aprofundada, para ser uma zona populosa

O “Projecto geral de construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, divulgado no ano passado, tem como objectivo principal a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, e define o posicionamento da zona de cooperação aprofundada como uma “nova plataforma, novo espaço, nova demonstração e nova oportunidade”, a fim de melhor construir um novo regime de negociação, construção, administração e partilha conjunta entre Guangdong e Macau.

A construção da zona de cooperação aprofundada está em curso. Segundo referiu o Chefe do Executivo, as obras de construção do posto fronteiriço dessa zona vão estar concluídas este ano e, na altura, poderá ser concretizado o princípio de “liberalização da primeira linha e controlo da segunda linha”. Mais, o Projecto “Novo Bairro de Macau” vai ser concluído e entregue para ocupação em meados do próximo ano, e vai disponibilizar cerca de 4200 fracções habitacionais com acabamentos interiores, o que despertou a atenção da sociedade.

Além disso, quanto à legislação, este ano, serão apreciados três diplomas legais sobre a zona de cooperação aprofundada, incluindo: a Regulamentação da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, as Disposições sobre o exercício de actividade dos profissionais de saúde de Hong Kong e Macau na zona de cooperação aprofundada e o Regulamento contra contrabando na zona de cooperação aprofundada, para construir uma base para, no futuro, facilitar a vida da população entre as duas cidades.

A epidemia persiste há mais de dois anos, a recuperação da nossa economia está difícil, a taxa de desemprego dos residentes continuar a subir, a pressão operacional dos diversos sectores é cada vez mais pesada e os conflitos sociais estão a surgir gradualmente. Mais, com o surgimento de surtos nas regiões vizinhas, as oscilações do sector do jogo e a saída dos casinos-satélite, entre outras notícias negativas, a situação económica é bastante crítica.

Sendo a zona de cooperação aprofundada uma parte importante para o futuro desenvolvimento da diversificação industrial, muitas PME e cidadãos esperam poder integrar-se rapidamente nesta zona, para explorar o desenvolvimento das empresas e criar novas saídas para o empreendedorismo e o emprego.

É de notar que, neste momento, a construção da zona de cooperação aprofundada ainda está na fase inicial, portanto, para além da construção das instalações de *hardware*, a sua ligação com a educação, a saúde, o bem-estar social e até o sistema jurídico de Macau ainda necessita de um consenso entre

Guangdong e Macau, a fim de se criarem melhores políticas e medidas que facilitem a vida dos cidadãos, e de se aumentar realmente a atractividade da zona, para que esta possa ser vitalizada.

Pelo exposto, para além de se acelerar a construção de instalações de *hardware*, sugiro ainda que se acelere o processo de várias obras de “ligação”, que se concretize o reconhecimento mútuo dos padrões em termos de transportes públicos, comunicações, informações de crédito e pagamentos electrónicos entre as duas regiões, e que se acelere a fluidez de pessoas, mercadorias, capitais e informações, para criar oportunidades de desenvolvimento para as PME e facilitar realmente a vida e o emprego dos residentes de Macau em Hengqin.

Propõe-se, simultaneamente, a criação de uma “lista branca”, para que as instituições de serviços sociais de Macau possam participar na construção da zona de cooperação aprofundada, criando um ambiente propício para viver e trabalhar que permita aos residentes de Macau sentirem-se confortáveis com a vida lá e aumente a popularidade da zona, com vista a facilitar verdadeiramente a vida e o emprego dos residentes.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 25.05.2022

Residentes e empresas unidos para ultrapassar as dificuldades; as preferências profissionais devem ser respeitadas

Segundo afirmações recentes de um académico, a subida da taxa de desemprego e o despedimento dos trabalhadores não residentes parecem inevitáveis, mas os postos libertados podem não corresponder às profissões pretendidas pelos desempregados, destacando um fenómeno de discrepância. Esta opinião merece a nossa reflexão.

O crescimento económico provocou mudanças no mercado de trabalho e consequentemente na procura de competências e perfis profissionais, assim, há quem não tenha trabalho, e há postos de trabalho sem ninguém. Estas questões têm sido discutidas na sociedade. Porém, as micro, pequenas e médias empresas, que dependem das transacções diárias, oferecem, na maioria, empregos braçais, por exemplo na restauração e construção civil, que não correspondem às preferências dos candidatos locais, que estão habituados aos trabalhos administrativos. Mais, as profissões têm exigências muito diferentes, e alguns postos de trabalho requerem certificação e experiência profissional, por isso, os desempregados dificilmente conseguem ingressar logo noutras profissões, devido às limitações ao nível das habilitações e competências, e os postos de trabalho ficam por preencher. Descendo ao detalhe da situação, algumas pessoas estão sem emprego porque não conseguem ou não querem trabalhar nos postos de trabalho disponíveis, e alguns postos de trabalho estão por preencher porque os desempregados não conseguem ou não querem aceitá-los. Em resultado disto, é cada vez mais notório o desequilíbrio dos postos de trabalho.

Segundo as estatísticas, no 1.º trimestre de 2022 havia 13 mil desempregados e cerca de 12 mil pessoas em subemprego. Estabelecendo uma comparação com os 167 mil trabalhadores não residentes, há uma diferença de 142 mil. Ora, o problema do emprego em Macau não pode ser simplesmente resolvido através da matemática, despedindo 25 mil não residentes. Dum modo geral, as micro, pequenas e médias empresas da maioria dos sectores recrutam mais trabalhadores locais do que não residentes. Se for obrigatório despedir não residentes, pode não se conseguir encontrar o pessoal adequado no mercado de trabalho local, e isto pode resultar em queda da produtividade ou, na pior das hipóteses, em falência das empresas. O resultado é uma situação distorcida, em que “o despedimento de 5 mil não residentes é acompanhado pela perda de 10 mil postos de trabalho para trabalhadores locais”.

Portanto, é crucial saber bem quais são as preferências dos trabalhadores locais ao nível das profissões e postos de trabalho, para se proceder, de forma

precisa, ao emparelhamento profissional. Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Respeito pelos tipos de trabalho escolhidos pelos residentes. Tanto os serviços competentes como os académicos devem empregar esforços na recolha de informações e na classificação dos candidatos a emprego locais, identificando os postos de trabalho adequados com base na sua experiência profissional, qualificações e no respeito pelas suas preferências e necessidades, para se proceder, de forma precisa, ao emparelhamento profissional. Em particular, é importante saber quais são as preferências dos candidatos, as suas competências profissionais e o seu desejo de mudar de emprego, para prestar serviços de encaminhamento de pessoal mais precisos e eficazes aos empregadores que deles necessitam.

2. Incentivar a população a desenvolver as suas capacidades. Nos empregos destinados exclusivamente aos trabalhadores locais, tais como, croupier, supervisor de jogo e motoristas, há que reforçar a formação das pessoas para a mudança de profissão, através de políticas, incentivando-as a desenvolver mais técnicas profissionais, evitando que a “política de boa-fé”, desactualizada devido à evolução social, passe a ser uma restrição à mudança, ajudando-as a iniciar uma nova fase da sua carreira profissional.

3. Permitir que os trabalhadores não residentes ocupem, como complemento e em bom rigor, as vagas de emprego que os residentes de Macau “não querem ou não conseguem assumir”. Sobre o “não querem”: são postos de trabalho para os quais locais têm menos vontade de mudar; e quanto ao “não conseguem assumir”: são postos de trabalho que levam tempo pois exigem formar talentos locais. Assim, sugere-se ao Governo que analise com cautela a política de recursos humanos e que recorra, adequadamente, aos não residentes, para promover o desenvolvimento saudável dos recursos humanos locais e do mercado dos não residentes, assegurar a continuidade do objectivo de “sobrevivência das empresas de Macau e garantia do acesso ao emprego dos locais”. Mais, há que evitar que a qualidade dos serviços das empresas, devido à falta de mão-de-obra, fique aquém das expectativas dos clientes locais e dos turistas, acabando por se perder clientes e dinheiro.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 25.05.2022

As Nações Unidas instituíram o Dia Internacional da Família no dia 15 de Maio de cada ano. O tema deste ano –“Família e Urbanização”–visa sensibilizar para a importância das políticas urbanas sustentáveis e amigas da família. A família é a unidade básica da sociedade e é principalmente no seu seio que as pessoas aprendem e convivem. Assim, a família é bastante importante no processo da gestão urbana moderna. É de salientar que, este ano, o País implementou formalmente a “Lei de promoção da educação familiar”, clarificando a essência da educação familiar, através de uma legislação específica, e a importância da família e da educação familiar para o desenvolvimento social. Assim, o reforço, através desta educação, do conceito de família na sociedade e o apoio aos cidadãos para encontrarem um equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar desempenham um papel fulcral para a harmonia social.

Reconheço que, nos últimos anos, o Governo começou a dar importância à educação familiar. Desde que, no Relatório das LAG para 2021, se fez referência, pela primeira vez, à promoção do plano educativo sobre a vida familiar, o IAS já lançou a rede de informação sobre a educação da vida familiar, e elaborou, com seis instituições de serviço social, o plano quinquenal para os trabalhos de educação sobre a vida familiar; e a DSEDJ criou o Centro de Educação Parental e está a trabalhar para criar uma rede de informação “One Stop” para os pais, tudo para apoiar e reforçar as funções das famílias e ajudar os cidadãos a elevar as técnicas correctas de convivência e de educação entre pais/filhos e cônjuges. Mas, como em geral em Macau os dois elementos do casal trabalham fora de casa e por turnos, a convivência entre pais e filhos alterou-se. Mais, com o perdurar da epidemia, os membros da família passam por diferentes graus de pressão nos postos de trabalho e no seio familiar, o que resulta facilmente em conflitos entre aqueles e em problemas relacionados com a educação dos filhos, afectando o ambiente harmonioso da família. Por isso, como é que se pode, através da promoção de uma educação familiar de qualidade, permitir que os pais eduquem correctamente os filhos de forma científica, sob os actuais impactos sociais e económicos complexos e variáveis, será uma das grandes prioridades para o desenvolvimento saudável das famílias no futuro.

Espero que o Governo dê importância à gestão urbana, que tem por centro a família, e promova, a partir da fonte, a importância da construção da família e a criação de um ambiente favorável para esta, e reforce, de forma contínua, a educação familiar, prestando serviços a diferentes tipos de famílias e construindo, através do esforço conjunto do Governo e da população, um belo lar. Assim, apresento três sugestões:

1. Criar um plano em modelo de pirâmide para a educação familiar. Proponho como referência a “Lei de promoção da educação familiar” do Interior da China, estudando-se a possibilidade de, pela revisão da “Lei de bases da política familiar” de Macau, ou de outra legislação e regulamentos administrativos

relevantes, se clarificar a definição de educação familiar e a sua regulamentação. Deve ainda introduzir-se mais “medidas amigas da família”, para promover, na fonte, a educação familiar, e a família ter tempo suficiente para fazer bem o seu trabalho, concretizando o princípio “apoiar-se no sistema jurídico e orientar-se pelas políticas”, promovendo na sociedade a importância do desenvolvimento da educação familiar.

2. Proporcionar medidas adequadas de apoio à formação. Sugere-se o reforço dos recursos para apoiar as associações cívicas na organização de cursos de educação familiar e, com a atribuição de prémios e certificados, incentivar o pessoal das instituições de serviço social, docentes e funcionários escolares, encarregados de educação, e até os interessados, a participarem na formação profissional em educação familiar. O alargamento da rede social e da reserva de talentos em educação familiar pode elevar a qualidade desta educação na sociedade e criar uma atmosfera social que a valorize.
3. Criar um sistema de apoio à educação familiar. O Instituto de Acção Social (IAS) e a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) estão a desenvolver uma série de trabalhos relativos à educação familiar. Sugere-se ao Governo que dê mais um passo na criação de um serviço ou organismo responsável pela coordenação da distribuição dos recursos sociais de educação familiar. O Governo desempenhará um papel predominante, promovendo a participação de associações e escolas, com serviços de orientação de alta qualidade, diversificados e em vários níveis. Mais, o Governo, as associações e as empresas devem elaborar, em conjunto, o manual de educação familiar e o manual de orientação da escola sobre a mesma, para os recursos de educação familiar poderem ser bem utilizados.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 25.05.2022

Acelerar o tratamento das situações de queda de tijolos e erradicar o problema da qualidade das habitações públicas

A qualidade das habitações públicas de Macau tem sido alvo de críticas da sociedade. Muitas habitações públicas têm vários tipos de problemas de qualidade: queda de tijolos nos corredores, infiltrações em várias fracções, cortes nos cabos dos elevadores, fugas de gás nas canalizações de gás centralizado, fendas nos parques de estacionamento, etc. Antigamente, os problemas de qualidade aconteciam nos edifícios antigos, mas nos últimos anos, têm-se verificado, sucessivos problemas nas habitações públicas recém-construídas, e alguns deles arrastam-se ao longo de vários anos e continuam por resolver, perturbando a vida dos moradores e pondo em perigo a segurança.

Veja-se, por exemplo, o caso do Edifício Ip Heng, do complexo de habitação pública de Seac Pai Van: desde a sua ocupação em 2013, todos os anos há casos de desprendimento de azulejos, e até uma pessoa ficou ferida devido à queda de um tijolo, constituindo, portanto, uma grave ameaça à segurança dos moradores. Segundo alguns moradores afectados, “a segurança na entrada e saída do edifício não é garantida, e muito menos se pode falar em viver e trabalhar em paz”. Também se registaram quedas de azulejos no Edifício do Lago, que também afectaram os moradores durante vários anos, causando-lhes preocupações e incómodos.

Obviamente, o desprendimento de azulejos não é um problema normal da administração predial, é sim um caso grave que tem implicações com a segurança dos moradores. No passado, os serviços competentes limitavam-se a alegar que o prazo de garantia tinha expirado e que a reparação era da responsabilidade do proprietário, mas, na prática, nunca prestaram o devido apoio, deixando que os casos se agravassem, ignorando os perigos existentes e assumindo uma atitude passiva e irresponsável, o que tem permitido o arrastamento da situação ao longo de muitos anos.

É de referir que o “Relatório de sindicância sobre a queda grave de azulejos das paredes dos espaços comuns do Edifício do Lago e do Edifício Ip Heng”, divulgado, há dias, pelo CCAC, indica, expressamente, a má coordenação entre o IH e o então GDI, deficiências na aprovação das obras e nos procedimentos de fiscalização, medidas de acompanhamento ineficazes que foram tomadas depois da queda de azulejos, insatisfação ao nível da qualidade e efeitos dos serviços de fiscalização, factores que originaram os problemas e a sua persistência, com perigo lactente para o dia-a-dia e a segurança dos moradores. Mais, isto veio também agravar os impactos negativos para a qualidade das habitações públicas. Este caso vem destacar a burocracia e a falta de seriedade dos serviços envolvidos. O Relatório sugere que os serviços em causa adoptem uma atitude activa para dar resposta às necessidades dos cidadãos, procurando, em conjunto,

uma solução definitiva, com vista a acabar, de vez, com os perigos resultantes da queda de azulejos, resolvendo, urgentemente, as necessidades da população. Lamentavelmente, até ao momento, o IH ainda não se reuniu com o órgão de administração predial para dialogar e encontrar uma solução.

Assim, tendo em vista efectuar a responsabilização, remediar a situação e pôr fim ao caso, apresento as seguintes opiniões e sugestões:

1. Como o exercício do poder público compete principalmente aos titulares dos cargos de direcção, os actos destes têm directamente a ver com o interesse público. No Relatório do CCAC não se verifica qualquer infracção administrativa notória dos serviços envolvidos, no entanto, o mesmo refere expressamente que o então GDI não facultou informações ao IH, o que é uma irregularidade administrativa e que este não desempenhou as suas funções de forma activa, sendo então suspeito de incorrer numa irregularidade administrativa por omissão. Apela-se às respectivas entidades tutelares para, nos termos das Disposições fundamentais do estatuto do pessoal de direcção e chefia, das Disposições complementares do estatuto do pessoal de direcção e chefia e do ETAPM, avançarem com a investigação sobre a responsabilização, efectivando as eventuais responsabilidades disciplinares, a fim de demonstrar a resolução do Governo em assegurar uma boa governação.

2. São atribuições do IH fiscalizar a administração das partes comuns dos edifícios de habitação económica, coordenar e apoiar tecnicamente a administração de condomínios, etc. Neste momento, o IH tem de ter em conta em primeiro lugar a segurança dos residentes, e coordenar quanto antes as negociações entre as diversas partes, promover a reparação e apresentar soluções exequíveis, com vista ao cumprimento das suas funções; e tem de assumir as devidas responsabilidades e efectuar os trabalhos de acompanhamento, evitando a ocorrência de acidentes decorrentes do desprendimento de azulejos, para assim devolver um ambiente habitacional em que os moradores possam viver felizes.

3. O problema da qualidade das obras públicas não é um caso isolado e demonstra que existem lacunas na fiscalização exercida pelo Governo. Ainda vão ser concretizados vários projectos de infra-estruturas e de habitação pública, assim, sugiro ao Governo que efectue bem os trabalhos de revisão dos projectos na fase inicial, os trabalhos de fiscalização na fase intermédia e os trabalhos de vistoria a posteriori, a fim de assegurar que a qualidade das obras públicas satisfaça os critérios estabelecidos. Propõe-se a adopção de critérios quantitativos, tais como o limite máximo do número de defeitos ou uma proporção, para melhor reflectir a qualidade da obra, e o aperfeiçoamento, de forma contínua, do mecanismo de responsabilização das entidades terceiras responsáveis pela fiscalização das obras públicas, para que as mesmas possam cumprir cabalmente as suas atribuições. Só quando cada uma das partes envolvidas desempenhar bem as suas funções e cabalmente as suas atribuições, é que será possível evitar

eficazmente a repetição de problemas com a qualidade das obras.

2022-05-25 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“O Governo deve implementar moratórias vinculativas à banca quanto ao pagamento das amortizações das casas, criar mais postos de trabalho e diminuir o tempo de espera na atribuição das casas sociais”

De acordo com dados oficiais, somente no primeiro trimestre do corrente ano, o número de suicídios aumentou em 180% em comparação com o período homólogo do ano passado. Os SSM justificam que a “situação pandémica tem contribuído com que os cidadãos manifestem diferentes níveis de problemas psicológicos, como a ansiedade, depressão e stress mental”. Contudo, muitos destes problemas psicológicos têm a ver com o desemprego, a impossibilidade de pagamentos das amortizações e rendas das casas, problemas financeiros. Há bastante miséria disfarçada e o Governo deve intervir com urgência implementando por via legal moratórias das casas e diminuir drasticamente o tempo de espera na atribuição das casas sociais.

Aumentam os almoços e jantares de despedida de residentes permanentes que devido a prolongada separação das famílias e dificuldades de reserva de quartos e elevado número de dias de quarentena no seu regresso à RAEM, deixam de viver em Macau.

Prestes a findar, o primeiro semestre do ano 2022, a vida da maioria das pessoas, nomeadamente a vida dos jovens não está a ser fácil, pairando o “pessimismo” quanto ao futuro de Macau. Cada vez, há mais conflitos nas fronteiras das Portas do Cerco entre os que diariamente vão e voltam das suas residências para os seus empregos e os que devido ao desemprego, principalmente os jovens que para poderem sobreviver têm de fazer várias deslocações por dia transportando bens para o outro lado das fronteiras.

Como havíamos dito neste hemicycle, aumenta a taxa de desemprego e de “mãos dadas” aumenta também a criminalidade, incluindo casos graves, como o último caso do suposto homicídio de duas jovens num quarto de hotel de cinco estrelas na zona do Cotai.

Os dados oficiais não enganam. Até finais de Março do corrente ano, trabalhavam cerca 167 mil trabalhadores não residentes, destes 54 mil

trabalhadores não residentes exercendo trabalhos não especializados. Só nos bancos e actividades financeiras há mais de um milhar de trabalhadores não especializados não residentes. Porque os nossos jovens licenciados e outros residentes permanentes não podem ocupar estas vagas nestes bancos e empresas financeiras?

No comércio por grosso e retalho, nomeadamente nas lojas de vendas de artigos de luxo das concessionárias do Jogo trabalham cerca 21 mil trabalhadores não especializados e não residentes. Pergunto porque é que os trabalhadores despedidos das Salas VIP e casinos satélites não podem exercer estas profissões?

Outro exemplo paradigmático são as actividades imobiliárias, segurança e marketing onde trabalham cerca de 23 mil trabalhadores não especializados e não residentes. Porque não são libertadas estas vagas para poderem ser ocupadas pelos residentes permanentes? Conheço pessoalmente dezenas de jovens e muitos de média idade que se encontram desempregados há mais de três anos e podiam sobejamente ocupar as referidas profissões.

Chamo a atenção para as autoridades competentes para cumprirem rigorosamente o princípio fundamental constante na lei de bases do trabalho de que a importação de mão de obra não local destina-se somente a suprir insuficiências no mercado local de emprego. Assim, apelo ao Governo para que os cerca de 54 mil postos de trabalho não especializados sejam a curto e médio prazo ocupados pelos residentes permanentes.

Neste momento, deparamos com muitas incertezas. Incertezas na indústria do Jogo, incertezas no mercado de trabalho, no sector imobiliário, incertezas do futuro Hospital das Ilhas, incertezas e demoras na renovação urbana e habitação pública, incertezas do futuro dos jovens e dos idosos, incertezas do futuro dos trabalhadores da função pública.

Estas incertezas derivam da inexistência de um conjunto das acções de política macroeconómica e sociais direccionadas ao futuro da RAEM. E se as PME são avessas às incertezas do mercado sem turistas suficientes para um desenvolvimento sustentável do mercado de prestação de serviços e bens, muito menos ajudará o pessimismo face ao “endividamento” que aflige a todos, no dia a dia, paralisando principalmente as PMEs. O Governo tem a obrigação de eliminar estas

incertezas divulgando políticas claras e transparentes quanto ao futuro rumo de Macau.

Quanto tempo mais vão demorar as autoridades para dar respostas aos principais problemas antes que aconteçam mais suicídios e mais criminalidade gravosa? Tudo perguntas, para as quais ainda não há respostas.

Muito Obrigado.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 25.05.2022

Desenvolvimento do turismo marítimo em prol da recuperação da economia

Macau, enquanto “centro de turismo e de lazer a nível mundial”, dispõe de instalações turísticas maduras e como é, agora, o único destino turístico para o povo chinês, as perspectivas para a recuperação do sector do turismo são favoráveis. Os dados do período das férias do Dia do Trabalhador são favoráveis, quer a média diária de visitantes quer a taxa de ocupação média dos estabelecimentos hoteleiros, demonstrando que fazer turismo em Macau continua a ser consideravelmente atractivo para os visitantes do Interior da China. Sob a premissa do bom trabalho na prevenção e controlo da epidemia, há que promover os produtos turísticos de Macau através de múltiplos canais e plataformas para atrair mais visitantes, de modo a promover a recuperação do sector do turismo, impulsionar o desenvolvimento dos outros sectores, tais como os da venda a retalho, restauração, etc., e revitalizar a economia.

Devido à epidemia, o sector do turismo depara-se com grandes desafios, assim, o Governo e os operadores devem aumentar a oferta de produtos turísticos de qualidade, enriquecendo as experiências turísticas e aumentando a competitividade turística em geral. Externamente, o Governo deve continuar a promover a imagem de Macau enquanto cidade segura e saudável para visitar, e alargar, activamente, as fontes de visitantes, para mais turistas visitarem Macau. Internamente, o sector deve explorar os recursos turísticos, actualizar e otimizar o consumo turístico tradicional, e incentivar o desenvolvimento de novos produtos turísticos. Com o poder de gestão de 85 quilómetros quadrados de área marítima, podem desenvolver-se produtos de turismo marítimo típicos de Macau e inovar no âmbito desta vertente do turismo, em prol da diversificação e da recuperação económica de Macau.

Primeiro: planeamento científico e concretização do projecto de turismo marítimo. Com vista a acelerar o desenvolvimento do turismo marítimo, várias províncias e cidades do Interior da China implementaram já os seus planos. Em Macau, há que concretizar a Lei n.º 7/2018 (Lei de bases de gestão das áreas marítimas), o Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau e o Plano Director da RAEM (2020-2040) e, por outro lado, o turismo marítimo é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento da economia marítima, portanto devem ser lançadas medidas pormenorizadas, dando prioridade ao desenvolvimento do turismo costeiro, turismo de cruzeiros, turismo marítimo-desportivo, entre outros com potencial de desenvolvimento.

Segundo: reforçar a cooperação regional e desenvolver o turismo marítimo com diferentes características. A Grande Baía está virada para o mar e tem condições únicas para o desenvolvimento da economia marítima. Guangdong já definiu o objectivo de construir uma província marítima forte, e Hong Kong, que

tem um dos principais portos marítimos do mundo, já deu os primeiros passos para o desenvolvimento da economia marítima. Macau deve, em conformidade com as exigências das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, desenvolver as vantagens regionais e promover o desenvolvimento conjunto, e no âmbito deste, há que dar mais um passo no desenvolvimento do turismo marítimo, concretizando o desenvolvimento da economia marítima em complementaridade com as outras cidades da Grande Baía e elevando a competitividade global.

Terceiro: treinar e formar pessoal, e servir bem o turismo marítimo. O desenvolvimento marítimo depende de talentos. O turismo marítimo tem implicações com a protecção da ecologia marinha, os transportes marítimos, a inovação científica e tecnológica marítima, etc. O desenvolvimento sustentável do turismo marítimo exige recursos humanos altamente qualificados que compreendam o mar e as actividades marítimas, pois, só assim é que é possível planear, gerir e explorar melhor o turismo marítimo. O Governo, em colaboração com as escolas locais, deve organizar acções para a formação de talentos profissionais, com vista a assegurar um suporte de talentos para o futuro desenvolvimento desta área.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 25.05.2022

Reforçar a formação de jovens talentos que amem a Pátria e Macau

Segundo afirmações recentes do Chefe do Executivo, é necessário compreender e implementar, de forma séria, o espírito dos discursos do Presidente Xi Jinping na sessão comemorativa do 100.º aniversário da Liga da Juventude Comunista da China, reforçando ainda mais os trabalhos dedicados aos jovens e orientando os de Macau no sentido de reforçarem o seu sentimento de amor à Pátria e a Macau, assumirem grandes responsabilidades nesta época, avançarem com coragem, elevarem a sua confiança e criarem, de forma contínua, um novo cenário de desenvolvimento profissional para os jovens de Macau. O Chefe do Executivo apresentou quatro pontos importantes para os jovens de Macau: 1) distinguir o que é certo do que é errado, transmitindo o valor fundamental de amor à Pátria e a Macau; 2) empenhar-se no auto-aperfeiçoamento contínuo, promovendo a competitividade em todos os aspectos; 3) persistir sempre na construção de uma visão correcta sobre os valores da vida; e 4) aproveitar as oportunidades desta era e integrar-se, de forma activa, na conjuntura do desenvolvimento nacional.

Os jovens são os construtores e sucessores do futuro da sociedade. A grande tarefa de "Um País, Dois Sistemas" repousa sobre os ombros da juventude de Macau, e é importante formar um grupo de jovens talentos "patriotas e que amem Macau". Para garantir o sucesso contínuo da concretização do princípio "Um País, Dois Sistemas" e a sua manutenção a longo prazo, é necessário implementar plenamente o princípio da "governança de Macau por patriotas".

Para reforçar ainda mais os trabalhos destinados aos jovens, é necessário continuar a difundir o valor fundamental do amor pela Pátria e por Macau, orientando-os a firmar os seus ideais e convicções, a perseguir o progresso, integrando os seus ideais no desenvolvimento do País, no rejuvenescimento da Nação e na grande causa da implementação com sucesso do princípio "Um País, Dois Sistemas", formando grupos de jovens talentos ambiciosos que amem a Pátria e Macau.

Para reforçar ainda mais os trabalhos destinados aos jovens, é necessário continuar a prestar grande apoio aos trabalhos da educação moral, para que estes sejam mais profissionais, cumpridores e eficazes, e para que possam ter uma boa educação moral, orientando-os a apertarem o primeiro "botão" da sua vida, a criarem conceitos de vida correctos e valores, e a pautarem-se pela moral e valores deontológicos, com vista a serem pessoas com grande amor pela grandiosidade e pela nobreza, e para, no futuro, se transformarem em jovens talentosos e dotados de valores como o patriotismo e o amor por Macau.

Para reforçar ainda mais os trabalhos destinados aos jovens, é necessário continuar a incentivá-los a reforçarem a aprendizagem e a aperfeiçoarem-se na

aprendizagem, a reforçarem a formação teórica, a organizarem mais intercâmbios e práticas, a elevarem constantemente a sua competitividade e criatividade, acompanhando os passos do desenvolvimento dos tempos, aproveitando as oportunidades de desenvolvimento dos tempos, e dando contributos sólidos, formando-se grupos de jovens talentos inovadores que amem a Pátria e Macau.

Para reforçar ainda mais os trabalhos destinados aos jovens, é necessário continuar a usar, com audácia, os talentos jovens, dando-lhes mais oportunidades de treino, dando-lhes mais peso e mais responsabilidades, e a partir daí, seleccionar os jovens talentosos para assumirem responsabilidades importantes e poderem prestar as suas contribuições.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 25.05.2022

Promover a inovação no âmbito das tecnologias avançadas e sofisticadas para ajudar o desenvolvimento económico e das indústrias

Com o desenvolvimento da indústria das tecnologias avançadas e sofisticadas, a transformação dinâmica da estrutura das respectivas actividades e indústria, o elevado grau de abertura no âmbito da cooperação regional e o aperfeiçoamento e o acompanhamento contínuos dos planos e regimes referentes aos quadros qualificados, a diversificação adequada da economia mostrou alguns resultados. O recurso à atracção dos investimentos na inovação científica e tecnológica vai, sem dúvida, promover o desenvolvimento da indústria tecnológica e da economia de Macau.

O desenvolvimento da indústria das tecnologias avançadas e sofisticadas tem sido alvo de importância nos últimos anos, e é também uma das quatro principais indústrias que a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin visa promover. No segundo Plano Quinquenal da RAEM, o Governo refere, expressamente, que vai esforçar-se para desenvolver, na referida Zona, novas indústrias, novas formas de negócio, novas tecnologias e novos modelos, promovendo a complementaridade das vantagens de Hengqin e Macau, a combinação Indústria-Universidade-Investigação e o desenvolvimento sinérgico da inovação nas tecnologias, com vista a construir um novo horizonte de inovação científica e tecnológica. Recentemente, algumas empresas informáticas foram alvo de aquisições e angariação de fundos, demonstrando bem a capacidade e a atractividade das empresas locais e comprovando o elevado reconhecimento e a vontade de investir no desenvolvimento do mercado de Macau por parte das empresas da área das tecnologias avançadas e sofisticadas.

O Governo deve, quanto antes, tomar a iniciativa de definir e clarificar a planta de desenvolvimento da cidade inteligente, para atrair as empresas e os quadros qualificados, locais e internacionais, no sentido de concretizar as vantagens resultantes da reunião de forças e formar uma dimensão considerável, resolvendo as deficiências e insuficiências de Macau, como o reduzido número de empresas fortes no sector da informática, fracos incentivos à inovação, quadros qualificados de alto nível insuficientes, pouca variedade de produtos inovadores nas áreas científica e tecnológica, reduzida quantidade de produtos resultantes da transformação de resultados de investigação, etc., com vista a activar o motor de Macau da área tecnológica, para acompanhar o desenvolvimento.

Face ao exposto, sugiro o seguinte:

1. O Governo tem de dar um grande passo em frente no respeitante ao incentivo ao reforço da captação de investidores que detenham novas tecnologias, muitos recursos, muita experiência de negócio, e que estejam interessados em investir em Macau e desenvolver cooperação e intercâmbio

a vários níveis e nas mais diversas áreas. Esses incentivos podem ainda ajudar as empresas de Macau a encontrar mais oportunidades para a exploração de mercados com potencialidades, e contribuir para criar um bom ambiente de investimento, assumindo um papel importante no impulsionamento da economia de mercado e do desenvolvimento da indústria tecnológica em Macau.

2. Aperfeiçoar os mecanismos e as políticas para o desenvolvimento da indústria tecnológica, incentivando a inovação e a transformação dos resultados da investigação científica em frutos económicos. É necessário aproveitar plenamente os recursos tecnológicos do país e reforçar a competência e o nível da investigação científica em Macau, ajudando as equipas de investigação locais a candidatarem-se a projectos estatais. Mais, é necessário ajudar as instituições de investigação científica a encontrar parceiros, isto é, empresas com as quais possam realizar pesquisas, promover o desenvolvimento e impulsionar a transformação dos resultados científicos e tecnológicos em produtos comerciais.
3. Aproveitar o fenómeno da eficiência da aglomeração das unidades de desenvolvimento tecnológico para criar mais postos de trabalho e oportunidades de emprego. Aproveitar a estratégia de desenvolvimento assente em três níveis - “captação, preparação para o regresso dos talentos locais no exterior e formação” -, para a reunião de talentos internacionais de alta qualidade em Macau e o reforço do nível profissional dos talentos locais, criando-se assim, uma “reserva de talentos de alto nível”. Tudo isto com o objectivo de preparar os talentos necessários à diversificação adequada da economia de Macau.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 25.05.2022

A importância da segurança nacional e da cibersegurança

No passado dia 15 de Abril, assinalou-se a sétima edição do “Dia da Educação da Segurança Nacional” do nosso País. A 5.ª Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional, organizada conjuntamente pelo Governo da RAEM e pelo Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM, que terminou recentemente, tem vindo a ser objecto de crescente atenção e participação por parte da população, reflectindo o papel constitucional que os sucessivos Governos de Macau têm assumido na defesa da segurança nacional.

O Presidente Xi apresentou o “conceito geral de segurança nacional”, indicando que garantir a segurança nacional é uma prioridade e, sem a base da segurança nacional, qualquer bom plano é apenas um castelo no ar.

A “Lei da cibersegurança” e o “Regime jurídico da interceptação e protecção de comunicações” reflectem precisamente a importância da segurança nacional e da rede informática. Macau é uma porta importante aberta ao mundo, e a segurança cibernética está relacionada com a segurança nacional, portanto, a protecção da segurança cibernética é uma medida importante para salvaguardar a segurança nacional.

Para além do alto grau de protecção dos dados do Governo da RAEM, os dados pessoais e das empresas na rede e nos servidores também devem ser protegidos. O sistema de rede precisa de ter capacidade de protecção contra uma invasão, a fim de ser protegido contra ataques cibernéticos por *hackers* ou furto de dados.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Em primeiro lugar, a cibersegurança requer uma rede de telecomunicações segura e estável. Como tal, é necessário reforçar a fiscalização junto das operadoras no tocante aos planos de contingência para os incidentes de telecomunicações e aos mecanismos de comunicação. As operadoras devem ainda efectuar simulacros periódicos de incidentes ao nível das telecomunicações e segurança, e submeter os respectivos relatórios ao Governo para fiscalização.

2. No mundo da Internet as coisas mudam de um momento para o outro, e é possível num lapso de tempo extremamente curto influenciar toda a população, causando pânico. Actualmente, o Governo da RAEM empenha-se em desenvolver a governação electrónica, e os serviços públicos desenvolveram aplicações móveis para os residentes acederem aos seus serviços, o que, de facto, aumenta a eficiência e facilita a vida à população. Sugere-se que seja incumbido um único serviço de fiscalizar as redes e a segurança do sistema, para, de imediato, tomar medidas de protecção em caso de anomalia no sistema ou ciberataque.

3. Nos últimos anos, o Governo da RAEM realizou simulacros de desastres no âmbito da protecção civil e das medidas de resposta a situações de emergência. A governação electrónica e a cidade inteligente dependem muito da cibersegurança. O Governo deve, oportunamente, efectuar testes em relação à segurança dos sistemas informáticos e apresentar planos de contingência, aumentando, atempadamente, o sistema de prevenção e de controlo, com vista à defesa de ciberataques repentinos.

4. De facto, nos últimos anos, no estrangeiro, os ataques cibernéticos por *hackers* contra infra-estruturas críticas, como redes eléctricas e empresas de energia, têm vindo a aumentar. Como muitas vezes isso pode ter um grande impacto sobre a economia e a ordem social, tornou-se um foco de atenção crescente para os assuntos de segurança dos países. Assim, as empresas privadas - bancos, hospitais, companhias de electricidade, etc. - ligadas à vida da população têm de realizar, periodicamente, simulacros de incidentes de cibersegurança e apresentar os relatórios aos respectivos Governos para referência!

5. Nos últimos anos, o País tem sido cercado e alvo de hostilidade por algumas forças estrangeiras que dizem sempre que é necessário aplicar sanções e embargos, por isso, o Governo deve ter consciência da segurança ao comprar equipamentos de rede e sistemas informáticos, não podendo continuar dependente de equipamentos e sistemas estrangeiros. Para Macau se integrar na conjuntura da segurança nacional, o Governo deve dar atenção à segurança da compatibilidade e ligação da sua rede com a do Interior da China. Propõe-se ao Governo que estabeleça uma calendarização para a substituição ordenada dos equipamentos de rede e sistemas informáticos de países não amigáveis, para evitar dificuldades na renovação dos equipamentos durante embargos e prevenir fuga de dados pessoais.

Por último, sugiro ao Governo que organize mais actividades de sensibilização e educação sobre a segurança cibernética, e ensine aos cidadãos e às PME como devem evitar os ataques cibernéticos!

IAOD do Deputado Zheng Anting em 25.05.2022

Lançamento de medidas pelo Governo para apoiar os residentes no acesso ao emprego

Caros colegas, boa tarde!

Segundo os dados mais recentes, a taxa de desemprego dos residentes atingiu 4,5 por cento no primeiro trimestre deste ano. Ao mesmo tempo, nesse trimestre, 208 sociedades foram dissolvidas e a economia ainda não apresentou sinais de melhoramento, situação que preocupa os residentes.

O Governo implementou atempadamente o “Plano de Benefícios de Consumo” e antecipou o “Plano de Participação Pecuniária”, com vista a ajudar os residentes a resolver as suas necessidades prementes. Nos primeiros quatro meses deste ano, foram realizadas várias sessões de conjugação de emprego e, através dos serviços permanentes de apoio ao emprego *online* e *offline*, um total de 2515 residentes foram contratados, tendo-se obtido certos resultados com esses apoios. Mas, face à elevada taxa de desemprego, o Governo deve continuar a lançar mais medidas para apoiar os residentes no acesso ao emprego.

Para alguns desempregados dos hotéis, que trabalharam em casinos e nas salas VIP, os apoios económicos e a formação subsidiada promovidos pelo Governo conseguiram surtir um efeito de apoio de curto prazo para a sua sobrevivência. Mas já estão na meia idade e, mesmo tendo concluído os cursos de formação de curta duração organizados pelo Governo, a sua competitividade é inferior à dos jovens, o que dificulta a sua reinserção no mercado de trabalho. Actualmente, estão desempregados desde há 1 a 2 anos, e têm pais e filhos que precisam de alimento, portanto, a sua pressão de vida é muito grande.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Quanto à concretização do princípio de salvaguardar a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego, neste momento, algumas empresas ainda contratam muitos TNR, mas os locais também conseguem assumir as suas funções. Assim, tendo em conta as capacidades de cada desempregado e as informações sobre os postos de trabalho das empresas que contratam TNR, as autoridades devem proceder a uma avaliação global desses postos de trabalho, implementando, com precisão, a saída de TNR, para que os residentes de Macau consigam uma colocação profissional.

2. O Governo pode pensar em atribuir um subsídio provisório de emprego com a duração de 6 meses, para incentivar as empresas a contratarem locais, a fim de ajudar não só as empresas como os residentes a ultrapassarem as dificuldades antes da plena recuperação económica de Macau.

3. A fim de criar mais postos de trabalho, as autoridades podem atrair empresas qualificadas da Grande Baía a instalarem-se na zona aprofundada, através da cooperação Guangdong-Macau, criando mais oportunidades de estágio e postos de trabalho para os recém-graduados.

Obrigado!

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 25.05.2022

Maior atenção e mais apoio económico aos idosos que vivem com dificuldades

Na década de 80 do século passado, Macau dependia do desenvolvimento da indústria ligeira, em que se dedicavam os seus habitantes. Na altura, os construtores que trabalhavam arduamente em Macau. Os trabalhadores que deram o seu esforço à construção de Macau hoje fazem parte do grupo de idosos que requerem a nossa atenção especial. Não devemos esquecer o contributo dos nossos antecessores, visto que, hoje podemos ter a sombra da árvore porque alguém a plantou antes.

No conjunto das medidas favoráveis à população para o ano de 2022, os benefícios para os idosos abrangem, nomeadamente, o subsídio anual de 9 mil patacas, a pensão para idosos de 3740 patacas, atribuída em 13 prestações mensais que totalizam 48 620 patacas, para além da comparticipação pecuniária de 10 mil patacas e do vale de saúde de 600 patacas. Assim, os idosos recebem anualmente um total de 68 220 patacas em apoios directos ou indirectos atribuídos pelo Governo, o que corresponde a 5685 patacas por mês. Porém, a utilização dos vales de saúde está limitada a determinados locais, a comparticipação pecuniária não é apenas para os idosos e nem todos eles recebem a quantia total da pensão para idosos.

Em 2019, devido ao impacto da epidemia, o Governo da RAEM anunciou que, nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 7 / 2017 (Regime de previdência central não obrigatório), seria cancelada a atribuição da verba a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais no valor de 7000 patacas. O montante acumulado dessa verba que deveria ter sido atribuído já totaliza as 21 mil patacas desde a sua suspensão em 2020, sendo a mesma um rendimento para os idosos manterem o nível básico de vida e melhorarem eficazmente a qualidade de vida. Mas o cancelamento da injeção de capital nos últimos três anos e, por conseguinte, da atribuição da referida verba, diminuiu substancialmente o poder de compra dos idosos.

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, até 2021, os residentes locais com 65 anos ou mais representavam 12,2 por cento da população total, o que corresponde a cerca de 84 mil pessoas. Se a atribuição da referida verba do regime de previdência central apenas se limitasse aos idosos seria necessário um montante total de 1800 milhões de patacas. Neste momento, o Governo planeia construir a linha do metro ligeiro na Ilha da Montanha, com um custo na ordem dos 3,5 mil milhões de patacas. Considerando a actual recessão económica, deve-se ponderar a suspensão do projecto e utilizar prioritariamente

os recursos financeiros desse projecto para apoiar os idosos a ultrapassarem as dificuldades.

Assim, proponho ao Governo o seguinte:

1. Deve-se atribuir novamente aos idosos o montante de 21 mil patacas, acumulado desde a suspensão da verba do regime de previdência central.

2. O regime sobre a repartição extraordinária de saldos orçamentais prevê a atribuição de verbas sempre que a situação da execução orçamental dos anos económicos anteriores o permita. Actualmente, a vida dos idosos é cada vez mais difícil. O Governo deve rever a lei para que a injeção de verbas seja assegurada através da aprovação de uma lei que a fundamente, e considerar um novo plano de atribuição de subsídios através da redefinição dos mais de vinte fundos que existem em Macau, por forma a demonstrar a sua preocupação para com os idosos.

3. As 5685 patacas anunciadas pelo Governo são o montante que os idosos podem receber numa situação ideal. Assim, o Governo deve dispor de alguma política de apoio especial para os idosos que não conseguem receber o total desse subsídio, por forma a ajudar as pessoas idosas a ultrapassarem as dificuldades.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 25.05.2022

Melhorar o desenvolvimento da educação sobre a vida e cultivar atitudes positivas em relação à vida

O impacto contínuo da epidemia e a luta persistente contra esta provocam grande pressão sobre a sociedade. Os sucessivos incidentes trágicos suscitaram a atenção social, e a saúde psicológica dos jovens, que se encontram numa fase transformadora do seu desenvolvimento físico e psicológico, merece atenção. Segundo informações de um centro de psicoterapia, houve, recentemente, um aumento significativo do número de residentes que procuram ajuda para lidar com problemas psicológicos, e o número de casos com jovens está a aumentar. Logo, o Governo, as escolas e a sociedade devem trabalhar em conjunto para resolver o problema de como fazer os jovens compreender o sentido da vida e desenvolver uma mentalidade optimista e positiva.

A vida é um processo de crescimento contínuo e a educação sobre a vida é uma lição necessária. Essa educação pode ajudar os jovens a compreender a vida, o sentido desta e o valor da existência, e a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) dá cada vez mais importância à promoção da educação sobre a vida. No âmbito da educação sobre a vida, realizaram-se, entre Maio e Junho do ano passado, sessões de intercâmbio em escolas e também sessões públicas, contando com a participação de 28 escolas, envolvendo cerca de 6 mil alunos e 280 docentes, incluindo conselheiros escolares. Os alunos foram ensinados a não desmoralizarem com a adversidade e a cultivarem o amor com amor, inspirando assim a energia positiva dos alunos na vida, em prol da construção de uma sociedade harmoniosa e inclusiva.

A juventude é uma etapa importante na formação de valores e atitudes em relação à vida. Mas a educação sobre a vida está ainda na fase inicial no ensino não superior de Macau. Para melhorar o desenvolvimento da educação sobre a vida em Macau, e permitir aos jovens e à comunidade em geral que adoptem uma atitude correcta em relação à vida, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar a promoção do desenvolvimento da educação para a vida em Macau, incluindo cursos e métodos de ensino

Neste momento, por causa das limitações existentes, os trabalhos de educação sobre a vida variam. Em geral, os conhecimentos sobre a vida são ministrados através de palestras, por isso é difícil avaliar o grau de aceitação dos conhecimentos por parte dos alunos. Assim, proponho ao Governo que tome como referência as experiências das regiões vizinhas relativas à educação sobre a vida, para actualizar e aperfeiçoar os respectivos materiais didácticos, introduzir métodos pedagógicos variados, e definir claramente orientações e limites para a carga horária em todos os níveis de ensino, a fim de reforçar a eficiência da educação sobre a vida.

2. Recorrer a diversos meios para apoiar a integração da educação sobre a vida nas famílias

Para criar um ambiente mais amigável da educação sobre a vida, a escola e a educação familiar são dois factores relevantes. Sugere-se ao Governo que promova a cooperação entre a família, a escola e a sociedade, para organizar mais *workshops* e palestras, incentivar os encarregados de educação a participarem nas actividades sobre este tema, continuar a promover o aproveitamento dos recursos educativos *on-line*, tais como livros electrónicos para colorir, e apoiar integralmente os pais na introdução da educação sobre a vida em casa, para que os seus filhos fiquem a conhecer o valor da vida.

3. Disponibilizar recursos complementares para desenvolver nas escolas a educação sobre a vida

Os agentes de aconselhamento aos alunos desempenham um papel fulcral para desenvolver nas escolas a educação sobre a vida, por isso sugiro ao Governo que aumente o investimento de recursos e os organize na proporção de um agente para 250 alunos, ou defina os requisitos mínimos para o número de agentes de cada unidade escolar, para, por um lado, aumentar a qualidade e a quantidade dos serviços de apoio psicológico a que os alunos podem ter acesso e, por outro, desenvolver mais e de forma mais sistematizada os trabalhos de educação sobre a vida.

4. Reunir as forças da comunidade para generalizar a educação sobre a vida

As instituições de serviço psicológico comunitário, como entidades que mais se aproximam da vida dos cidadãos, desenvolvem projectos e modelos de educação sobre a vida com mais flexibilidade e maior correspondência com as necessidades da comunidade. Assim, sugere-se ao Governo que reforce a comunicação com as associações, através da realização de actividades comunitárias, formação de voluntários, actividades de divulgação, plataformas *online* e investigação através de visitas, divulgando junto da população as informações sobre a prevenção do suicídio e a valorização da vida, e ensinando a população a estar atenta às emoções negativas das pessoas e a dar-lhes as técnicas de apoio adequadas, unindo as forças da comunidade e prevenindo, em conjunto, a ocorrência de tragédias.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 25.05.2022

Reforçar a coordenação global para estabilizar o desenvolvimento da indústria do jogo

Recentemente, o Governo procedeu a um ajustamento político durante a revisão da lei do jogo, ou seja, aligeirou as limitações sobre as instalações onde operam os casinos-satélite, aumentando assim a confiança no desenvolvimento do sector e da sociedade, e estabilizando o desenvolvimento da nossa economia. O Governo acolheu activamente as vozes dos diversos sectores sociais, deu particular importância às solicitações do sector quanto ao desenvolvimento, e introduziu o respetivo ajustamento político, o que merece o elevado reconhecimento da sociedade, que espera que o Governo, durante o processo de aperfeiçoamento da lei, reforce a comunicação com o sector. Face especialmente à epidemia do século e à conjuntura mundial complexa e inconstante, o desenvolvimento económico de Macau está a deparar-se com desafios e dificuldades sem precedentes, portanto, devemos, com o apoio e liderança do Governo, unir forças para enfrentar a situação.

Macau tem adoptado uma estratégia de desenvolvimento económico em que o jogo é o sector predominante e os serviços são o corpo principal, em desenvolvimento coordenado com os demais sectores. Ao fim de mais de 20 anos, o crescimento económico de Macau ocupa uma das primeiras posições a nível mundial, o que prova plenamente que a estratégia de desenvolvimento económico adoptado foi bem-sucedida. Durante o processo de desenvolvimento, o Governo tem promovido activamente o modelo de cooperação em que as pequenas empresas se desenvolvem com o apoio das grandes, promovendo e estabilizando o desenvolvimento das PME. O surgimento dos casinos-satélite concretizou exactamente este conceito de desenvolvimento económico do Governo. Em Macau existem muitos hotéis com estrelas que são, na sua maioria, PME que crescem em Macau, cujas instalações não conseguem comparar-se com as dos *resorts* integrados de entretenimento, comércio e jogo, portanto, só podem elevar a qualidade dos serviços. O jogo é o serviço mais valioso de Macau e o elemento mais característico do desenvolvimento económico. Assim, a extensão do jogo a hotéis de diferentes estrelas constituiu não só uma inovação ao nível da cooperação no desenvolvimento do mercado, mas também correspondeu às necessidades de Macau ao nível do apoio ao desenvolvimento das PME, criando um modelo de desenvolvimento económico em que um contribui para todos, e um símbolo do desenvolvimento económico de Macau nos últimos 20 anos. A sociedade compreende que houve aspectos positivos e negativos no desenvolvimento de Macau nos últimos 20 anos, pelo que o Governo deve aproveitar a oportunidade de revisão da lei para ponderar de forma global, revendo e consolidando os resultados do desenvolvimento, com vista a promover o desenvolvimento económico de Macau para um novo patamar.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. As opiniões do sector sobre as medidas do Governo para o ajustamento dos casinos-satélite não são unânimes. Estes são parte importante das receitas brutas do jogo e contribuem para o impulsionamento dos elementos não jogo. A partir dos investidores, dos hotéis, dos trabalhadores, das lojas, até ao ambiente de negócio circundante aos casinos-satélite, qualquer mudança pode afectar tudo, e é esta a principal característica da estrutura económica. A nova lei estipula que os casinos-satélite são explorados sob a forma de empresas de gestão, o que enfraquece o direito de intervir das PME perante as grandes empresas do jogo. Numa sociedade em que “os fracos são presas dos fortes”, a sobrevivência dos casinos-satélite já não é uma questão simples de localização e pertença, mas sim uma questão sobre o caminho para o seu desenvolvimento a longo prazo. Neste sentido, o Governo deve partir da perspectiva do desenvolvimento global e ter em conta a estrutura económica geral ao tratar da questão dos casinos-satélite, aproveitar a oportunidade da revisão da lei do jogo para reforçar o diálogo com o sector, nomeadamente, em relação às orientações mais concretas para o futuro desenvolvimento, promover a optimização do ambiente de negócios e aumentar a confiança do sector no seu desenvolvimento, com vista a manter a estabilidade do caminho de desenvolvimento dos casinos satélite e salvaguardar os interesses globais de Macau.

2. Devido à epidemia e à incerteza da economia mundial, muitos sectores anteciparam-se e decidiram abandonar o mercado, por estarem preocupados com o seu futuro, portanto, em Março deste ano já tinha sido dissolvidas 82 empresas. Neste momento, as empresas do jogo ainda têm confiança no seu desenvolvimento, mas, há que reconhecer que, perante a epidemia, as dívidas contraídas por essas empresas têm aumentado, as empresas já estão na fase de “suspender funções e congelar salários” e muitas estão a ser cautelosas face ao futuro desenvolvimento. Mesmo que os casinos-satélite tenham vontade de continuar a funcionar, as concessionárias do jogo, nesta situação de epidemia, já não conseguem incentivá-los. Como o Governo já procedeu a um ajustamento das políticas, tendo em conta a conjuntura global, sugere-se que, tendo em conta o impacto da epidemia na economia e o ajustamento profundo do sector do jogo, dê mais apoio político e reforce a comunicação e a coordenação com as grandes empresas do jogo, para assegurar a manutenção e a transição dos casinos-satélite.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 25.05.2022

Relaxamento das restrições de prevenção epidémica e fomento do dinamismo económico para se auto-sustentar.

Captação de investimentos para diversificar a economia e criar mais postos de trabalho

O sector do jogo começou a desenvolver-se há já muitos anos, formou uma cadeia de abastecimento sectorial sólida, criando postos de trabalho que sustentam milhares de famílias de Macau, e as propriedades relacionadas com o jogo, investimentos financeiros, financiamentos e empréstimos, etc. também afectam profundamente o sistema financeiro de Macau. Sugerí várias vezes ao Governo que a promoção do desenvolvimento saudável e sustentável do sector do jogo exigia agir com prudência e tendo em conta as desvantagens, dar prioridade à economia local, assumindo uma visão global e gradual, e dar espaço ao mercado para o seu auto-ajustamento, absorvendo gradualmente as oscilações e até explorando novas oportunidades de negócio. Estou satisfeita com o anúncio do Governo, há dias, acerca das novas disposições transitórias sobre a exploração dos casinos-satélite, que é um estímulo para o mercado, salvando dezenas de milhares de postos de trabalho.

O Governo e os serviços competentes reduziram, activamente, os postos de trabalho de trabalhadores domésticos não residentes, porém, muitos residentes queixam-se de terem surgido postos de trabalho na área da segurança e limpeza, onde se aplica o salário mínimo de 6656 patacas. Isto leva a uma mobilidade descendente dos residentes, uma vez que o ambiente de negócio das empresas e estabelecimentos comerciais continua péssimo e os postos de trabalho continuam a diminuir, o que não favorece a integração no mercado laboral dos jovens, das pessoas de meia idade desempregadas, e dos finalistas. Macau, enquanto cidade turística e de lazer, continua a depender muito do consumo dos turistas para impulsionar o seu desenvolvimento económico. Solicito mais uma vez ao Governo que se empenhe no aumento do número de vistos de entrada em Macau dos turistas das províncias e cidades do Interior da China seguras, e que considere a possibilidade de criar uma “bolha turística” com as cidades seguras do Interior da China onde a pandemia está controlada, por exemplo: abrir, com algumas restrições, o turismo entre Macau e o Interior da China, e a título experimental, abrir as excursões de pequena dimensão, ou seja, as excursões até 10 pessoas, no sentido de injectar água viva para salvar os diversos ramos de actividade, aumentando assim os rendimentos dos residentes que estão em subemprego, ou até mesmo criando mais postos de trabalho.

O Governo tem reiterado a necessidade de incentivar a procura interna, portanto, urge estabilizar a economia local e otimizar o ambiente de negócio das empresas, por exemplo, com a adopção de medidas de prevenção suficientes, ou seja, o Governo deve levantar adequadamente as medidas e

restrições, libertando assim a energia da população, para que a economia das zonas comunitárias consiga o seu auto-sustento, e mais, deve rever e ajustar as políticas do sector imobiliário e da renovação urbana, revitalizar a cidade e aumentar o volume das transacções, para que o mercado imobiliário e as respectivas indústrias possam desenvolver-se de forma saudável.

Quanto à promoção do desenvolvimento diversificado da economia, a sociedade e as empresas já reúnem sabedoria e força, bastando que o Governo assuma uma atitude pragmática e inovadora, liderando a promoção activa, através de diversas políticas de apoio à captação de investimentos, de atrair mais indústrias de qualidade, internas e externas, para investirem em Macau, contribuindo assim para a diversificação da economia e para a criação de mais postos de trabalho, proporcionando assim mais saídas para a economia e para os jovens de Macau.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 25.05.2022

Contribuir para “O poder dos museus”, prestar atenção às necessidades da camada de base e promover o “bem-estar cultural da população”

O Conselho Internacional dos Museus definiu o dia 18 de Maio como o “Dia Internacional dos Museus”, com o objectivo de chamar a atenção do mundo inteiro sobre a importância dos museus e do sector cultural, e promover o seu desenvolvimento saudável. A China e Macau promovem todos os anos diversas actividades temáticas para celebrar esta data. Até 2020, o Interior da China tinha 5788 museus, uma média de um museu para cada 240 mil habitantes; Macau tem uma população de 680 mil habitantes, e cerca de 20 museus públicos e privados, nos quais se incluem os pavilhões comemorativos, os pavilhões de exposições e os museus históricos, que têm natureza semelhante (adiante também designados por museus de Macau), portanto, a média de museus por habitante em Macau é muito mais elevada do que a do Interior da China. E isto consolida a construção de Macau como “Um Centro, uma base”.

O tema do Dia Internacional dos Museus deste ano é “O Poder dos Museus”, um tema que nos deixa expectantes quanto ao futuro de Macau, quanto a uma maior responsabilidade na cooperação regional e na construção urbana no âmbito dos museus.

Pelo exposto, sugiro o seguinte:

1. Reforçar a divulgação educativa e enriquecer as formas de apresentação

Em Macau existem muitos tipos de museus, demonstrando as especificidades culturais e a diversidade civilizacional de Macau. Mais, os museus conseguem organizar, na sua área profissional, exposições com diferentes peças - antigas, modernas, orientais, ocidentais, materiais e imateriais -, e através disso, podemos descobrir a história viva de Macau.

O presidente Xi Jinping diz: “os museus são universidades, o que exige que a construção de museus não seja monótona”. Isto significa que os museus têm uma função educativa e cada um tem de planear bem as suas actividades.

O reforço da divulgação educativa é um caminho indispensável para o desenvolvimento dos museus. Sugiro então que os museus de Macau aproveitem a oportunidade do “Dia Internacional dos Museus”, e que, tendo como objectivo o desenvolvimento coordenado e como consequência uma relação “win-win”, criem condições para os grupos literários e artísticos poderem participar, de forma ampla, na promoção da divulgação educativa dos museus, e enriqueçam as formas de apresentação, recorrendo ao teatro, dança, artes performativas, e até à escrita e à pintura, para tornar a divulgação mais diversificada, mais

personalizada e mais próxima do quotidiano, criando-se uma equipa de promoção mais criativa e dinâmica, e aproveitando-se ao máximo o “poder dos museus”.

2. Dar importância às necessidades das camadas sociais de base e promover uma “vida cultural”

A cultura tem como função servir, portanto, deve ser popularizada. É um alimento espiritual e, naturalmente, uma necessidade para a vida da população. O “Carnaval do Dia Internacional dos Museus de Macau 2022” vai ter lugar no dia 29 de Maio (Domingo), pelas 14 horas, no Jardim do Mercado de Iao Hon. É a primeira vez que o Carnaval se realiza na zona norte, num local densamente povoado, o que significa uma transferência das actividades dos museus para as famílias das camadas sociais de base. Face à situação epidémica, esta decisão merece o nosso elogio e reflecte a importância que é dada à cultura e à vida da população.

Na zona norte há falta de museus e as famílias das camadas sociais mais baixas nem sempre se deslocam às outras zonas para visitar museus, o que acaba por prejudicar, indirectamente, os direitos e interesses culturais das crianças. Este ano, as actividades vão entrar nos bairros comunitários, proporcionando, sob esta situação epidémica, actividades recreativas e de lazer para pais e filhos, aliviando-lhes a pressão e permitindo-lhes adquirir conhecimentos sobre a história e a cultura de Macau. Isto beneficia bastante a população. Sugere-se que a entrada dos museus nos bairros comunitários passe a ser regular, para as famílias das camadas sociais mais baixas poderem, na fase pós-epidemia, aceder a mais apoio ao nível da cultura e da sua vida.

Em suma, a promoção do conceito de “vida cultural”, a preocupação com o posicionamento do *software* e *hardware* cultural na construção urbana e a sua distribuição regional em Macau, e a atenção à função das actividades culturais em ligar, estabilizar, guiar e consolidar o coração do povo, para maximizar a eficácia dos recursos culturais, são vertentes que merecem o esforço da sociedade.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 25.05.2022

Sobre a nova ronda de medidas de apoio económico e o alargamento das fontes de turistas

A epidemia dura há mais de dois anos e ainda não chegou ao fim, e a nova variante do coronavírus veio aumentar a incerteza da segurança sanitária internacional e da economia. Enquanto cidade turística, é natural que Macau tenha sido duramente atingida pelos repetidos surtos epidémicos nas regiões vizinhas. Segundo os últimos dados (Janeiro a Março de 2022) da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), a taxa global de desemprego era de 3,5 por cento e a taxa de desemprego dos residentes locais era de 4,5 por cento, ambas com um aumento de 0,2 pontos percentuais em relação ao período anterior (Dezembro de 2021 a Fevereiro de 2022). Muitos residentes estão desempregados, subempregados ou a tirar férias não remuneratórias, o que resulta numa redução significativa dos rendimentos. Isto, juntamente com a perturbação logística devido à epidemia e ao impacto da conjuntura internacional como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, levou ao aumento não só dos preços, como das dificuldades da população. Para ajudar a população a resolver as dificuldades prementes, as autoridades acabaram por implementar a “Terceira ronda do Plano de benefícios de consumo por meio electrónico contra a epidemia”, e os benefícios podem ser utilizados, o mais rapidamente, a partir de 1 de Junho.

É previsível que esse Plano, enquanto medida de benefício universal, seja aproveitado, numa altura da normalização da epidemia, pelos residentes no consumo diário, nomeadamente, artigos de uso diário, comidas e bebidas, etc., e, como resultado, os beneficiários limitam-se a ser, na sua maioria, grandes empresas, por isso esse Plano não é suficiente para salvar as PME nem revitalizar a economia.

Proponho, então, às autoridades que, tomando como referência as oito medidas de apoio às PME implementadas em Outubro de 2021, lancem, de forma precisa, novas medidas de apoio, por exemplo, o prolongamento do prazo de reembolso dos empréstimos e a atribuição de apoio financeiro na ordem de 10 mil patacas por pessoa, um montante igual ao do ano passado, aos contribuintes que preencherem determinados requisitos e aos profissionais liberais qualificados, com vista a atenuar a pressão para os negócios das PME e as dificuldades dos empregados.

Mais, estou muito feliz com o anúncio das autoridades, isto é, a partir de 27 deste mês, as pessoas de nacionalidade portuguesa que reúnam determinadas condições ficarão isentas de restrições de entrada, o que ajuda a satisfazer as necessidades de reunião familiar e de fazer negócios entre Macau e Portugal. Mas, segundo notícias recentes de Hong Kong, depois da Administração Nacional

de Imigração da China ter exigido, na semana passada, a emissão com rigor dos vistos de entrada e saída, há notícias de que não será autorizada a emissão de vistos a pessoas que tenham visitado Hong Kong e Macau mais de três vezes num ano. É de saber que o Interior da China é a principal fonte de visitantes para o sector do turismo de Macau. De acordo com os últimos dados da DSEC, os visitantes provenientes do Interior da China diminuíram para 534 899, aliás, uma descida anual de 26,8 por cento. Se a política de entrada em Macau aplicada aos visitantes do Interior da China se tornar mais rigorosa, receio que a economia de Macau não consiga sobreviver, e que a relação entre a oferta e a procura no mercado de trabalho continue a deteriorar-se.

Julgo que “o alargamento das fontes de turistas” é essencial para salvar a economia de Macau. Para o efeito, proponho que sejam definidos certos critérios de trabalho, ora, pode proceder-se à promoção turística em cidades chinesas com um maior peso de visitantes a Macau, ou com maior número de pedidos de visto para Macau. Para além da divulgação *online* e *offline*, espero também que as autoridades reforcem a comunicação com os serviços públicos do Interior da China, para relaxar as condições de restrição de entrada e saída de visitantes do Interior da China.

A curto prazo, para revitalizar a economia comunitária, proponho embelezar as ruas e os pontos turísticos dos bairros antigos, para que os visitantes sejam atraídos para ir lá fazer *check-in*. Tais obras pequenas podem ser feitas por empresas de engenharia locais, em prol do aumento das oportunidades de emprego para os trabalhadores de cá. Pode ainda recorrer-se a instalações artísticas para enriquecer a paisagem urbana, o que permitirá materializar a criatividade dos artistas locais do sector cultural e criativo.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 25.05.2022

Dar atenção à situação de emprego dos residentes afectados pela epidemia

O surto epidémico continua, a epidemia persiste em algumas províncias e cidades do Interior da China e, apesar de um ligeiro abrandamento na região vizinha de Hong Kong, a abertura das fronteiras entre Hong Kong e Macau continua sem prazo, limitando-se a fonte de clientes e atrasando a recuperação económica de Macau. A questão do emprego dos residentes é extremamente notória e, de acordo com os dados do primeiro trimestre de 2022, divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), a taxa de desemprego dos residentes subiu para 4,5 por cento e a população desempregada, para 13 mil e 300 pessoas. De entre os desempregados que procuram novo emprego, grande parte pertence ao sector do jogo, o que está estreitamente ligado à redução significativa do número de turistas e ao ajustamento profundo desse sector.

O Governo tem desenvolvido um grande volume de trabalho, desde a implementação do “Plano de formação subsidiada” até ao melhoramento das medidas de conjugação de emprego e de formação diversificada, para apoiar os residentes na procura de emprego. Mas o mercado está em fase de estagnação e, numa recente sessão de recrutamento organizada pelo Governo, havia vários trabalhos com salários inferiores a 10 mil patacas, o que levou muitos residentes a desistirem, por entenderem que com este salário dificilmente sustentariam a sua vida. Mais, está a aproximar-se o período de graduação e muitos recém-formados vão entrar no mercado de trabalho local, assim, como se pode evitar o fenómeno de “desemprego generalizado após a conclusão dos seus cursos” e permitir-lhes entrar no mercado de trabalho de forma ordenada? A salvaguarda do emprego dos residentes passou a ser o foco de atenção da sociedade.

Assim, sugere-se ao Governo que mantenha um ambiente seguro e propício ao turismo, aumente o nível de absorção de clientes e o número de turistas, e mantenha o ambiente do mercado e a base económica, para que as empresas possam ter confiança na estabilidade das suas actividades. Como as pequenas e médias empresas são um instrumento importante para a oferta de emprego, sugiro que se adoptem medidas diversificadas para reduzir a pressão de negócio e encorajá-las a inovar de forma audaciosa, a procurar novas oportunidades e a criar mais postos de trabalho para os residentes de Macau.

No que diz respeito ao emprego dos residentes, sugere-se ao Governo que pondere, a curto prazo, prestar apoio aos desempregados, para que estes possam superar as dificuldades com que se deparam na vida. A longo prazo, deve continuar a melhorar os trabalhos de conjugação de emprego e de formação, podendo cooperar com as empresas, articulando-as com a actual “formação subsidiada”, e outras medidas, para que as empresas possam criar cursos de formação de acordo com os postos de trabalho vagos. Desse modo, os candidatos

podem ser contratados logo após a conclusão da formação, e os cursos de formação e a conjugação de emprego podem decorrer sem sobressaltos. Propõe-se que, com base no “Plano de formação subsidiada”, os cursos de formação profissional se estendam ao “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, permitindo aos residentes a participação em acções diversificadas de formação técnica, continuando a aprender e a aperfeiçoar-se. É preciso, ao mesmo tempo, um bom acompanhamento contínuo dos candidatos a emprego bem-sucedidos e dos trabalhos de avaliação dos formandos, a fim de melhorar os trabalhos do Governo, proporcionando aos residentes encaminhamento para o mercado de trabalho e serviços de formação mais adequados. Mais, o Interior da China lançou muitas medidas para promover o emprego dos residentes de Macau na Grande Baía e na Zona de Cooperação Aprofundada. Sugere-se reforçar a divulgação de informações, para os residentes poderem ter um melhor conhecimento sobre os empregos e ainda alargar-lhes as opções. Pode haver uma cooperação com o Governo da China Continental, para, com boas empresas, lançar mais planos de formação de talentos, programas de estágio, etc., criando mais oportunidades de emprego e de estágio para os residentes de Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 25.05.2022

Preços dos produtos

A situação da economia de Macau não é a ideal: o número de visitantes reduziu significativamente, a taxa de desemprego não pára de subir, e o impacto da epidemia resultou num desequilíbrio da cadeia de abastecimento que implica uma pressão contínua sobre os preços. Devido a diversos factores, está mais difícil quer o negócio para os comerciantes quer a sobrevivência para os residentes, e a pressão em geral aumentou significativamente. Assim, o Governo acabou por lançar, recentemente, a “Terceira ronda do Plano de benefícios de consumo por meio electrónico contra a epidemia”, cujos benefícios podem ser utilizado a partir de 1 de Junho. Creio que este Plano vai contribuir para aliviar os encargos familiares dos residentes com o dia-a-dia e mitigar a pressão económica, e ainda impulsionar a procura interna e a economia comunitária, e ajudar a estabilizar a confiança quer dos comerciantes quer dos residentes.

Como alguns comerciantes aumentaram os preços dos produtos nas últimas rondas do Plano de benefícios de consumo, os residentes estão preocupados que os preços, já aumentados, se mantenham mesmo até ao fim do Plano, provocando assim inflação, acabando por distorcer a intenção original e dificultar ainda mais a vida dos residentes. Por conseguinte, desejo que o Governo disponibilize mais pessoal para a fiscalização dos preços, de modo a manter a respectiva estabilização e assegurar o fornecimento adequado dos bens essenciais para a vida da população. Em caso de aumento intencional dos preços, há que executar a lei com rigor, divulgar a situação, e aplicar as respectivas sanções, com vista a fazer surtir os devidos efeitos dissuasores. Os comerciantes devem autodisciplinar-se e abster-se de aumentar os preços e de pôr em causa quer o seu bom nome quer os direitos e interesses dos consumidores. Proponho aos comerciantes que ofereçam diferentes descontos para estimular o consumo e incentivar os residentes a usarem os seus cartões de consumo para fazer compras, ultrapassando as dificuldades em conjunto com os residentes. Ao mesmo tempo, apelo aos residentes que façam compras de forma racional, ponderando mais as suas necessidades, planeando bem o consumo e escolhendo os produtos adequados para evitar os desperdícios das compras por impulso. Uma vez que os residentes com 12 ou mais anos de idade já podem registar os seus cartões de consumo ou transferir o montante para os seus pais ou tutores, ou depositar o montante nas ferramentas de pagamento móvel registadas em seu nome, os pais devem orientá-los no sentido de desenvolverem conceitos adequados de gestão financeira e de evitar a criação de maus hábitos de consumo.

A sociedade está preocupada com o preço elevado do petróleo em Macau, porque os produtos petrolíferos são indispensáveis para a vida e as mudanças de

preço têm implicações para a vida da população. O Governo explicou que estão em causa muitos factores, e o sector manifestou que a aquisição de gasolina e gasóleo não tem a ver com o preço internacional do petróleo, e que, como o mercado de Macau é pequeno, os custos de exploração são mais elevados do que noutras regiões, o que acaba por afectar, de certo modo, a fixação dos preços dos produtos petrolíferos. Mas, a sociedade ainda não conhece bem o mecanismo de fixação dos preços, e o Governo também não deu mais esclarecimentos, por isso, é difícil dissipar as dúvidas dos residentes. A “Lei de protecção dos direitos e interesses dos consumidores” já entrou em vigor, e em caso de irrazoabilidade ou flutuação dos preços dos produtos petrolíferos, o Governo tem o direito de solicitar informações aos fornecedores, a fim de analisar se o nível de ajustamento é razoável. Assim, espera-se que o Governo aproveite as competências conferidas pela lei para obter mais dados e estudar a criação de um mecanismo de ajustamento dos preços do petróleo adequado para Macau, integrando as informações sobre os preços do petróleo divulgadas pelos Serviços de Economia e pelo Conselho de Consumidores, para que a sociedade fique a conhecer melhor a situação.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 25.05.2022

Na sessão de perguntas e respostas de Abril, o Chefe do Executivo sublinhou que, para cumprir a missão de construir um Centro Mundial de Turismo e Lazer, era preciso explorar mercados. Isso vai ser a questão nova para o sector do turismo, quando as restrições fronteiriças forem levantadas. Concordo com a promoção das medidas “Turismo+” por parte do Governo, para diversificar a oferta turística e acabar com a dependência duma única fonte de turistas, no sentido de promover a diversificação económica e o desenvolvimento global do turismo.

Para tal, a acessibilidade é indispensável. Quando a pandemia estiver controlada e as fronteiras reabrirem, Macau terá de reforçar a ligação com o exterior. Assim, para atrair clientes de diferentes países e regiões, acabando com a dependência duma única fonte de turistas, o Aeroporto Internacional desempenha um papel muito importante. O Governo deve tirar proveito dos direitos de quinta liberdade do ar e explorar mercados, para atrair companhias aéreas a voarem para Macau. Mais, deve abrir mais rotas internacionais e reforçar a capacidade do aeroporto, aperfeiçoando as infra-estruturas e os serviços. Deve também aprofundar a cooperação internacional e regional dos aeroportos. Tudo isto para contribuir para a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

As LAG propõem o aprofundamento da integração intersectorial do “Turismo+” e a promoção da cooperação regional e internacional no âmbito do turismo. O Grande Prémio, o Festival de Gastronomia e o Festival de Luz têm atraído muitos turistas, e o recente Espectáculo de Drones conseguiu bons comentários. Macau tem de aproveitar bem as oportunidades, e ser proactiva para reforçar a cooperação intersectorial e regional no planeamento do turismo e na promoção do “Turismo+”, criando itinerários turísticos do modelo “uma viagem, várias estadias”. Isto, para reforçar, em conjunto, a competitividade regional e dinamizar a sinergia do sector do turismo da Grande Baía. Mais, há que aproveitar bem a cooperação intersectorial e regional, para promover o desenvolvimento integrado do “turismo + convenções”, e potenciar o papel de Macau enquanto “um centro e uma plataforma”. Tudo isto para alargar as fontes de visitantes, atrair mais turistas para virem conhecer Macau a fundo, e promover a diversificação adequada da economia.

**IAOD dos Deputados Kou Kam Fai, Iau Teng Pio e Pang Chuan em
25.05.2022**

**Formação de talentos diversificados para responder às necessidades dos
tempos modernos**

Macau, enquanto uma das cidades centrais da Grande Baía, encontra-se neste momento numa fase crucial do desenvolvimento da diversificação adequada da sua economia. Sendo a educação uma pedra basilar para a construção da RAEM, Macau deve desenvolver a “diversificação” para responder às necessidades dos tempos, o que se consegue através do pluralismo dos currículos, do *background* dos docentes, dos conteúdos da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos, das formas de avaliação sobre a qualidade educativa, e dos meios e das escolhas geográficas oferecidas aos alunos para continuarem os seus estudos, entre outros.

Um bom sistema educativo tem reunido o consenso entre todos os sectores sociais, porque tem a ver com o futuro de Macau. Assim, sugerimos o seguinte:

Primeiro, identificar o que é essencial. A prioridade do trabalho educativo é a missão fundamental do cultivo da integridade moral para formar a pessoa. Na formação da pessoa, as qualidades morais prevalecem sobre os outros valores. É preciso persistir na unificação da educação com a formação de talentos. A educação deve fundar-se no estabelecimento da integridade moral e na formação de um correcto conceito de valores, a fim de formar um caminho que una o indivíduo, a sociedade e o país. Através da educação, deve-se congregiar os jovens estudantes, a fim de os unir e orientar para serem construtores da causa “Um País, Dois Sistemas”. Insistindo numa educação correcta, deve-se realizar actividades diversificadas de educação sobre a realidade da Pátria, e organizar delegações em diferentes fases de aprendizagem para visitas de estudo e de aprendizagem ao Interior da China, para experienciar a realidade nacional e aprofundar o conhecimento sobre a história e a cultura chinesas. Deve-se também intensificar os estudos e a divulgação sobre a Constituição, a Lei Básica e a Segurança Nacional, impulsionando a educação patriótica através de novos e diversificados meios de comunicação, a fim de reforçar o sentimento de amor à Pátria por parte dos jovens estudantes.

2. Desenvolvimento diversificado e ter por base os talentos – devemos agarrar bem a importante missão do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, tendo em conta que a diversificação industrial deve corresponder a várias disciplinas. Quanto à educação, há que reforçar, quanto antes, o planeamento das disciplinas opcionais para os alunos: por um lado, de acordo com o objectivo de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, aprofundar a optimização dos sectores do jogo, das convenções e exposições, e da formação de quadros qualificados para a integração

transfronteiriça do “turismo +”, e consolidar e elevar as vantagens das indústrias tradicionais; por outro, formar e promover activamente as quatro indústrias emergentes, a partir do ensino secundário, reforçar o desenvolvimento dos alunos desse nível de ensino sobre a zona aprofundada e as quatro indústrias emergentes, e o seu conhecimento sobre o futuro desenvolvimento industrial, definindo conceitos básicos. Mais, devemos permitir que a educação contribua para o desenvolvimento da plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, formando mais talentos excelentes nas línguas chinesa e portuguesa, e aperfeiçoando o quadro curricular dos cursos de língua portuguesa nas próprias escolas, a avaliação da eficácia pedagógica e os cursos de formação de docentes.

3. A inovação depende dos talentos – as escolas são a fonte de talentos e, neste momento, tendo como objectivo a formação de talentos na área da inovação científica, temos de dar continuidade ao investimento de recursos, à formação de talentos com conhecimentos interdisciplinares e politécnicos, ao apoio às escolas de Macau na realização de projectos inovadores, na aplicação de técnicas necessárias e na promoção da educação científica, e, ao mesmo tempo, ao apoio no *hardware* e *software*, para que Macau possa desenvolver as suas vantagens enquanto duas bases nacionais de educação científica. Tem de haver um desenvolvimento coordenado entre a escola e a comunidade, para promover, conjuntamente, um sistema educativo inovador na ciência e na tecnologia, a definição dos respectivos objectivos de desenvolvimento nas diferentes fases de aprendizagem, a promoção da criação do mecanismo dos cursos de STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) e a formação dos respectivos docentes, bem como o aumento do interesse dos alunos pelas disciplinas politécnicas, através de um projecto sobre o planeamento da vida profissional.

O caminho é longo, mas vamos lá chegar. Perante a conjuntura complicada de sobreposição de mudanças nos 100 anos anteriores e de pandemia do século, devemos unir-nos para implementar a diversificação adequada da educação e da economia, e concentrar-nos em alcançar um melhor desenvolvimento para Macau.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 25.05.2022

Reduzir ou isentar as taxas cobradas aos estabelecimentos comerciais no âmbito do plano de benefícios do consumo por meio electrónico para ajudar os residentes

O novo Plano de benefícios do consumo por meio electrónico vai ter início em breve, e a sociedade concorda com as medidas de promoção da economia e estabilização da vida da população lançadas pelo Governo. Esta é a terceira ronda do Plano, que conseguiu promover o desenvolvimento do pagamento electrónico em Macau e o seu aumento em valor e em número de transacções, assim como o aumento do âmbito das transacções, o que originou uma mudança qualitativa no desenvolvimento do comércio electrónico.

Mas registam-se ainda desequilíbrios no desenvolvimento do pagamento electrónico e há aspectos que necessitam de ser melhorados. Na primeira ronda do Plano, os pagamentos eram feitos através do cartão de consumo, com apenas uma empresa responsável, tendo a sociedade levantado algumas dúvidas sobre isso. Posteriormente, a empresa comprometeu-se a não cobrar ao Governo taxa administrativa nem custos pela emissão dos cartões, bem como a não cobrar pela instalação, depósito e taxa de utilização dos terminais de pagamento. Na ronda anterior do Plano, foram acrescentadas 7 instituições de pagamento, não se limitando ao cartão de consumo, podendo os pagamentos ser efectuados através do telemóvel, e isso disponibilizou mais opções aos residentes. O Governo lançou então o *Simple Pay* e, com isso, os estabelecimentos comerciais só precisam de utilizar um terminal ou um código QR para poderem aceitar 8 formas de pagamento electrónico, mas o *Simple Pay* não transacciona com o cartão de consumo. Assim, muitos lojistas instalaram mais do que um terminal de pagamento para facilitar a vida aos consumidores e beneficiarem do referido Plano. Para aceitar o cartão de consumo, os lojistas não têm escolha e só podem utilizar o terminal que provém de uma única instituição de pagamento. No passado, interpelei várias vezes o Governo, solicitando que os terminais *Simple Pay* também aceitem as transacções através do cartão de consumo, e o Governo afirmou que ia estudar a matéria, mas, até hoje, o problema ainda não foi resolvido.

Há dias, alguns lojistas e vendilhões referiram-nos que as empresas a que os cartões de consumo se aplicam, para atraírem a sua utilização, concederam-lhes, no início, benefícios na instalação do aparelho e na cobrança de taxas. Mas os emolumentos agora já aumentaram para 1,2 patacas por cada 100 patacas. Após dois a três anos de utilização, alguns aparelhos já se encontram avariados, e as empresas em causa cobram 6 mil patacas para a substituição. Segundo os mesmos, as dificuldades económicas durante a epidemia conduziram a poucos lucros, devido aos elevados emolumentos e custos de substituição do aparelho, e esperam que as tarifas diminuam. O Governo lançou o plano de benefícios do

consumo para impulsionar a procura interna e ajudar as PME e os residentes a ultrapassarem as dificuldades face à epidemia. Assim, as empresas em causa devem assumir as suas responsabilidades sociais, reduzindo os emolumentos cobrados aos estabelecimentos comerciais aquando da utilização do referido plano.

Na minha opinião, com o aumento constante do valor total do consumo electrónico nos últimos anos, as respectivas operadoras têm condições para reduzir os emolumentos, aliviar a pressão dos empresários e contribuir para a população. Ao mesmo tempo, o Governo deve quebrar as barreiras entre os diferentes tipos de pagamento electrónico, permitindo que aos aparelhos das diferentes empresas de pagamento se apliquem os cartões de consumo através do “*Simple Pay*”, e que os empresários tenham opções, o que é favorável à concorrência justa do pagamento electrónico.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 25.05.2022

Consolidar as receitas financeiras do Fundo de Segurança Social e proteger os interesses, a longo prazo, dos residentes

A minha intervenção de hoje é sobre a alteração repentina da injeção de verbas provenientes dos jogos de fortuna ou azar no Fundo de Segurança Social (FSS). Como isto interfere no cerne do regime da segurança social, estou preocupado que possa afectar a pensão para idosos e as prestações da segurança social e o seu aumento. Exorto o Governo a tomar decisões prudentes, em especial que mantenha os actuais recursos, ou então que recorra a outros meios para colmatar as lacunas, com vista a consolidar as receitas financeiras do FSS e a proteger os interesses, a longo prazo, dos residentes.

O FSS abrange a pensão para idosos, a pensão de invalidez, os diversos subsídios de desemprego, doença e nascimento, entre outros, sendo responsável pela importante garantia da pensão de velhice e dos diversos benefícios sociais dos residentes. Como o valor das contribuições para a segurança social é muito baixo, as principais fontes de receitas do Fundo são o capital injectado pelo Governo e as contribuições do jogo, por exemplo, em 2019, antes da epidemia, as contribuições do jogo representavam 36% das receitas totais do FSS, e para consolidar a estabilidade financeira, o Governo tem aumentado, ao longo dos anos, a percentagem das contribuições do jogo, que passou de 45% para 60% e depois para 75%, o que demonstra a importância das contribuições do jogo para o FSS.

No entanto, o Governo introduziu, de forma repentina, grandes alterações à lei do jogo, que está actualmente em apreciação, sugerindo que, por razões de interesse público, nomeadamente em virtude da exploração de mercados no exterior, o Chefe do Executivo, depois de ouvir as opiniões da Comissão Especializada do Sector dos Jogos de Fortuna ou Azar, pode dispensar as concessionárias do pagamento, total ou parcial, das contribuições do jogo. Compreende-se que o Governo, através de políticas, incentive as concessionárias a explorarem mais fontes de turistas do exterior, para melhorar a fonte de visitantes, no entanto, as contribuições do jogo servem principalmente para suportar as despesas com o desenvolvimento das diferentes actividades sociais, tais como a cultura, a educação, a caridade, a construção urbana, a promoção turística e a segurança social, e ao interferir nesta última, vai-se provocar, inevitavelmente, muitas preocupações na sociedade.

Nos termos da lei, o Governo e o Fundo respondem solidariamente pelas despesas com os subsídios, no entanto, convém frisar que o Governo publicou há anos um relatório actuarial no qual se refere, claramente que, se o mercado de investimento piorar e surgirem reduções significativas nas receitas do jogo, o

Fundo pode ficar deficitário. Segundo o Governo, o aumento do valor dos subsídios no âmbito da segurança social, nomeadamente o da pensão para idosos, têm de ter em consideração as receitas financeiras do Fundo. O Governo assume responsabilidade solidária nas despesas, por isso, neste momento, não temos de nos preocupar muito com a falência do Fundo, mas devemos ficar desde já preocupados com a redução das receitas no futuro, uma vez que isto vai ter alguns impactos nos ajustamentos da pensão para idosos, da pensão de invalidez e dos subsídios de sobrevivência.

O FSS é o primeiro nível de protecção do regime de segurança social assente em dois níveis. O Governo tem-se empenhado em “guardar alimentos para o Fundo antes que a fome alastre”, procurando, na medida do possível, mais fontes de receitas. A lei do jogo está a ser revista neste momento, espero então que o Governo assumira uma atitude prudente e aproveite a oportunidade desta revisão para manter e melhorar as normas que regulam o peso das receitas do jogo a injectar no Fundo, ou pode mesmo pensar noutros meios para consolidar as receitas financeiras do Fundo. Mais, sugere-se que, caso as receitas do jogo sofram de reduções ou se verifiquem isenções fiscais, se recorra à injeção de capital por parte do Governo para suportar as despesas com os subsídios, a fim de garantir recursos suficientes para o Fundo. Numa perspectiva de longo prazo, é possível conceder mais 1% da dotação do orçamento para o FSS, com vista a estarmos preparados antes de começar a tropejar, a garantir o desenvolvimento estável do Fundo e a reforçar a protecção social.

Por último, recebi recentemente queixas sobre o despedimento de trabalhadores dos casinos-satélite, e circulam na *internet* muitos rumores sobre o desemprego no sector do jogo, deixando bastante preocupados muitos trabalhadores, sobretudo os dos referidos casinos. Solicito ao Governo que acompanhe de perto a situação e tome a iniciativa de prestar apoio adequado aos referidos trabalhadores despedidos. Mais, apelo às operadoras de jogo e aos empregadores relacionados para assumirem as suas responsabilidades sociais, que recorram a bons meios, à comunicação e a várias medidas para evitar despedimentos, a fim de salvaguardar a tigela de arroz dos trabalhadores.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 25.05.2022

Mais medidas para apoiar as famílias na luta contra as adversidades

Já estamos no terceiro ano do surto do novo coronavírus, e esta pandemia está a causar um embate sem precedentes na economia, na sociedade e em todas as outras áreas, sem excluir o impacto na vida familiar. De acordo com os dados da ONU Mulheres, após o início da pandemia, os casos de violência doméstica têm aumentado a nível mundial. Segundo alguns estudos, o desemprego devido ao ambiente pandémico e a insegurança financeira daí resultante aumentaram o cansaço dos pais, o que, conseqüentemente, levou à deterioração da saúde psicológica, assim como à diminuição da qualidade das relações conjugais e ao agravamento da tensão entre pais e filhos. Mais, quando as creches e as escolas são suspensas, os pais enfrentam desafios duplos, isto é, precisam de trabalhar e, ao mesmo tempo, cuidar dos seus filhos, e isso aumenta o risco de violência doméstica.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), no primeiro ano da epidemia, a taxa de ansiedade e de depressão em todo o mundo aumentou 25 por cento e, segundo o Secretário-Geral das Nações Unidas, o impacto não é apenas de ordem económica e ao nível da saúde, mas também ao nível psicológico, pois a epidemia está a afectar gravemente a saúde mental e o bem-estar de toda a sociedade, pelo que os países têm de lidar com este problema como sendo uma questão importante.

Em Macau, devido à epidemia, muitos residentes tiveram de tirar licença sem vencimento de longa duração e até ficaram desempregados, aumentando a pressão económica. Com a continuação da epidemia e a necessidade de prevenção e controlo, quer o espaço quer a prática de actividades dos residentes são limitados, mais, estes estão preocupados com a incerteza futura, e muitas pessoas têm emoções negativas, tais como, ansiedade, irritação e pânico, afectando, de certo modo, as relações familiares. O Instituto de Acção Social (IAS) divulgou, recentemente, o sumário do relatório anual de 2021 do sistema central de registo de casos de violência doméstica e, no ano passado, houve 81 casos suspeitos, com um aumento de 1,3 vezes em relação aos 38 casos de violência doméstica do ano anterior. O aumento dos casos deve-se ao aumento do tempo de convivência familiar durante a epidemia, à pressão exercida pelos pais sobre os filhos, e aos conflitos entre marido e mulher quanto à educação dos filhos.

Na minha opinião, a família é a unidade básica da sociedade, sendo muito importante para o desenvolvimento individual e para a estabilidade social. No Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2020, refere-se a “promoção da concretização de políticas de apoio à família com vista

ao reforço da harmonia das relações familiares e intergeracionais, fazendo com que a família se torne numa base importante para a harmonia social”. Assim, espera-se que o Governo reforce o apoio às famílias, por exemplo, melhore continuamente os projectos-piloto do subsídio para cuidadores e de isenção de restrições de entrada de trabalhadores domésticos do estrangeiro, etc., aliviando a pressão dos residentes no âmbito dos cuidados familiares; o apoio à saúde psicológica dos residentes através da criação de vários tipos de ajudas para diferentes grupos de pessoas, por exemplo, crianças, idosos, doentes crónicos e pessoas com baixos rendimentos, etc., apoiando activamente os residentes afectados por perturbações emocionais a sair desta situação perturbadora; e as políticas amigas da família, e reforce as funções e o papel da família, e a capacidade desta para enfrentar desafios, fazendo com que a família se torne uma pedra angular da harmonia social e do desenvolvimento sustentável.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 25.05.2022

Exorto o Governo a injectar mais capital no Fundo de Segurança Social e a aumentar, atempadamente, a pensão para idosos, em prol da protecção da vida dos residentes

O Fundo de Segurança Social foi criado há mais de 30 anos e proporciona segurança social básica aos residentes. O montante da pensão para idosos é de 3740 patacas por mês, apesar de não ser elevado, é uma fonte de apoio económico importante para muitos idosos. Assim, durante muitos anos, a sociedade, incluindo a AL, tem vindo a pedir ao Governo que se prepare para eventuais adversidades e que injecte mais capital no Fundo, para assegurar o seu desenvolvimento sustentável.

Porém, na nova versão de trabalho da Proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 16/2001 – Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino”, entregue recentemente à AL, o Governo propõe, por razões de interesse público, em particular para efeitos da expansão do mercado estrangeiro, a isenção total ou parcial das dotações extraordinárias do jogo (adiante designadas por contribuições do jogo). Tendo em conta que a fonte de visitantes tem sido única durante muitos anos, é necessário que o Governo atraia visitantes estrangeiros para aumentar as receitas e promover o desenvolvimento dos sectores do turismo e do jogo. Mas, ao mesmo tempo, a sociedade está muito preocupada em saber se essa prática vai afectar os recursos do Fundo e se o Governo tem outros planos para o complementar. Tem?

Segundo informações do Governo, em 2000, o número de beneficiários da pensão para idosos e da pensão de invalidez atingiu 131.867, um aumento de mais de 74.000 relativamente há 10 anos, altura em que o Regime de segurança social foi actualizado. À medida que Macau avança para uma sociedade envelhecida, a esperança média de vida da população está a aumentar, o número de beneficiários da segurança social também, e as despesas do Fundo são enormes e estão a aumentar. As despesas totais para o período de 2016 a 2020 excederam 24 mil milhões de patacas. Ao mesmo tempo, dada a pressão sobre as empresas e a acessibilidade dos empregados e residentes, o montante das contribuições para o Fundo tem sido sempre baixo, portanto, o seu funcionamento depende principalmente das dotações do Governo, por exemplo, de 1% das participações das receitas orçamentais, das contribuições do jogo, de 3% dos saldos de execução do orçamento central, etc. Para assegurar a estabilidade financeira do Fundo, o Governo tem aumentado a proporção das contribuições do jogo a injectar no Fundo, e ao longo dos anos, o valor total das contribuições do jogo ultrapassaram 29,7 mil milhões de patacas, transformando-as numa importante fonte de rendimento do Fundo de Segurança Social.

Há quem entenda que a RAEM é solidariamente responsável pelas prestações da segurança social, e que não é preciso ficar-se preocupado com a falência do Fundo, mas sobre esta importante garantia da vida da população, nunca se deve ficar passivo e “começar a procurar soluções quando faltar o dinheiro”, deve sim acumular-se activamente verbas e aumentar a injeção de capital no Fundo, para evitar a sua falência. Além disso, espera-se que haja recursos suficientes para melhorar o montante e as disposições das prestações, nomeadamente o aumento atempado da pensão para idosos, a fim de reforçar a protecção dos idosos, que foi aliás a intenção inicial da injeção de parte das dotações do jogo e do saldo do orçamento do Governo na segurança social.

Segundo o estudo sobre o mecanismo de ajustamento permanente das prestações, encomendado pelo FSS em anos anteriores a uma instituição académica, além dos indicadores gerais, tais como a taxa de inflação, o ajustamento das prestações do FSS também deve ter em conta a situação financeira do Fundo, com a intenção de, nas situações menos favoráveis, por exemplo, na descida das receitas do jogo e do Governo, controlar o aumento do valor da pensão para idosos, a fim de reduzir a possibilidade de activos negativos. Por outras palavras, se o saldo do FSS continuar a descer, é absolutamente possível que a pensão para idosos não consiga aumentar atempadamente ou que haja redução do nível do seu aumento, o que irá afectar as garantias quer de vida quer no desemprego dos idosos e outros residentes.

Exorto mais uma vez o Governo a dar importância e a aperfeiçoar os planos de injeção de capital no FSS, através da optimização das dotações do jogo, da injeção especial de capital e do aumento da comparticipação de 1% das dotações no FSS, a aumentar activamente a injeção de capital no FSS, para assegurar os interesses dos beneficiários a longo prazo, a garantir o funcionamento estável do Fundo a longo prazo e a alcançar o objectivo político de melhorar a qualidade de vida da população.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 25.05.2022

Devolver o emprego aos residentes, e o Governo deve ser o primeiro a contratar locais na adjudicação de serviços

Segundo a DSAL, entre Janeiro e Abril deste ano foram apoiados 2515 residentes no acesso ao emprego, e só em Abril foram contratados 1405 residentes, ou seja, 56% do total. Em Abril, a contratação de residentes aumentou significativamente, porque o Governo exigiu às empresas, com prazo de validade das quotas de não residentes prestes a terminar, que participassem numa sessão de recrutamento de grande envergadura, organizada pelo Governo e pelas associações e realizada entre 22 e 24 de Abril, com a duração de 3 dias, e a acção de recrutamento proporcionou aos residentes a escolha de postos de trabalho para entrevistas, tendo sido contratados 639 candidatos na sessão em causa.

Na sessão de perguntas respostas, e em resposta à minha questão sobre a devolução do emprego aos residentes, o Chefe do Executivo afirmou claramente que ia reduzir as quotas de não residentes das empresas com mais quotas, e reservar os melhores postos de trabalho para os locais, e que, no futuro, as empresas iam deixar de poder pedir quotas para os projectos ou serviços adjudicados pelo Governo.

Assim, exorto o Governo a continuar com a redução das quotas das grandes empresas e a exigir a estas e às concessionárias do jogo com muitos trabalhadores não residentes que, três meses antes do fim dos seus contratos, realizem contratações de acordo com o nível salarial dos trabalhadores locais e sob a fiscalização da DSAL, para assegurar que os postos de trabalhos que os residentes estão dispostos a desempenhar, administrativos, especializados e de serviços, sejam reservados para eles, tal como prometido pelo Chefe do Executivo.

É de salientar que, tendo em conta a recessão económica e o aumento significativo da taxa de desemprego, ultimamente, muitos trabalhadores locais querem candidatar-se aos postos de trabalhos de segurança oferecidos pelos casinos e hotéis, o que demonstra que, desde que as empresas proporcionem salários razoáveis, estes postos de trabalho continuam a ser atractivos para os locais.

Na realidade, para além das concessionárias do jogo e das grandes empresas, os adjudicatários de serviços públicos também contratam um grande número de trabalhadores não residentes. Nos contratos de adjudicação de serviços, é normal existir uma cláusula sobre a “prioridade de contratação de trabalhadores locais”, mas como não é definida expressamente a respectiva proporção, muitas vezes, as empresas utilizam os

salários para não residentes no concurso a projectos e serviços, portanto, a proporção de não residentes nos serviços adjudicados pelo Governo é muito elevada.

Segundo os meus dados estatísticos incompletos e as informações sobre a aquisição de serviços públicos, 37 empresas de serviços de limpeza e segurança contrataram, no 4.º trimestre de 2021, 8897 não residentes, mais de 70% do total dos seus trabalhadores. Entre estas, a que tem mais não residentes conta com 1333, é a que fornece serviços de limpeza a vários serviços públicos, e os trabalhadores locais só ocupam 21% do total dos seus trabalhadores; e há também uma empresa que presta serviços de segurança em que a percentagem de locais é só de 14,89%. Em comparação com estas, a empresa à qual foram adjudicados os serviços de limpeza e de segurança da DSAL já é melhor, mas os locais também só chegam a metade do total.

Para além da limpeza e segurança, há trabalhos temporários ou a tempo parcial, devido à prevenção da epidemia nos últimos anos, tais como a desinfeção dos alimentos importados e a inspecção e segurança nos postos fronteiriços, portanto, se o Governo exigir, expressamente, nos seus contratos de adjudicação, a proporção dos locais, ou até exigir que só se pode contratar os locais, pode haver um ligeiro aumento das despesas do Governo, mas já se podem criar milhares de postos de trabalho para os locais e reduzir os recursos para as colocações profissionais e a formação subsidiada.

Solicito aos serviços públicos que cumpram, rigorosamente, as exigências do Chefe do Executivo, concretizando, em primeiro lugar, o compromisso de “dar prioridade à contratação de trabalhadores locais”. Para além de assegurar que os fornecedores de serviços “contratem os locais com salários razoáveis”, estes devem divulgar os dados sobre o número de locais e de não residentes contratados pelas empresas, rever o número destes nas empresas e libertar mais postos de trabalho para os locais, com vista a atenuar a taxa elevada de desemprego.

Perante o agravamento e a manutenção, já há longo tempo, da situação de desemprego e subemprego, o Governo deve adoptar uma atitude mais activa, recorrendo a vários meios e formas para resolver o problema do desemprego, com vista a devolver, realmente, o trabalho à população e a permitir-lhe viver e trabalhar com alegria.

**IAOD dos Deputados Chan Iek Lap, Chui Sai Cheong e Vong Hin
Fai em 25.05.2022**

Sobre o “Regime de Captação de Quadros Qualificados”

A Comissão de Desenvolvimento de Talentos divulgou recentemente o relatório final da consulta pública sobre o “Regime de Captação de Quadros Qualificados”. Durante o período da consulta pública, foram recolhidas 931 opiniões e, em geral, mais de 68,4 por cento dos inquiridos manifestaram a sua concordância, o que reflecte o reconhecimento e o apoio da sociedade ao “Regime de Captação de Quadros Qualificados”.

O lançamento do relatório final da consulta pública sobre o “Regime de Captação de Quadros Qualificados” irá, sem dúvida, contribuir para a formação de futuros talentos, o regresso de talentos e a introdução de talentos em todos os aspectos, criando um novo modelo de funcionamento. De facto, o rumo global do “Regime de Captação de Quadros Qualificados” não só aperfeiçoa as insuficiências existentes nos diversos sistemas de formação de talentos do passado, mas também contribui para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e fornecer um suporte para a política de talentos.

Segundo as opiniões e sugestões recolhidas na consulta, a sociedade em geral reconhece a necessidade e a finalidade da criação do regime de captação de quadros qualificados. O Governo da RAEM planeia, em primeiro lugar, atrair pessoal dirigente e profissionais de alto nível, necessários ao desenvolvimento das quatro novas indústrias, aproveitando as suas técnicas, experiências e redes de mercado para promover e apoiar o desenvolvimento das indústrias e sectores locais, e desenvolvendo o seu papel de orientador na formação de quadros qualificados locais. Ao mesmo tempo, para além do desenvolvimento da economia local, a futura integração de Macau na construção da Grande Baía e a promoção da construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau na Ilha da Hengqin dependem do apoio de talentos.

Seja na promoção da diversificação adequada da economia, seja na integração no desenvolvimento nacional, todo o “Regime de Captação de Quadros Qualificados” será a base fundamental para assegurar o desenvolvimento sustentável da economia de Macau a longo prazo. Sugere-se ao Governo que tome como referência os modelos de outros países na atracção de talentos e que faça bem o trabalho de introdução de talentos, através do sistema de topo. Tomando como referência o modelo de importação de talentos de Singapura, o seu Governo tem dado grande importância à atracção de talentos e criou, em 1988, a Comissão de Recrutamento de Talentos, responsável pela definição e coordenação das políticas de atracção e retenção de talentos. Singapura está actualmente a atrair, por iniciativa própria, quadros qualificados de todo o mundo

para lá trabalharem, e a aperfeiçoar as políticas de imigração, para captar os quadros qualificados de que necessita.

Em Singapura, a organização *Contact Singapore*, afecta às autoridades de economia, disponibiliza, com os serviços de recursos humanos de Singapura, aos alunos de qualidade do ensino superior do exterior e aos finalistas a oportunidade de estágio nas empresas do país, com uma duração máxima de seis meses, o que, por um lado, permite aos jovens conhecerem a cultura laboral do país e, por outro, faculta às empresas de Singapura uma oportunidade de encontrar e formar quadros com potencialidade. Mais, para além da promoção dos estudos e inovação científicos e tecnológicos, a Agência para a Ciência, Tecnologia e Estudos de Singapura (*Agency for Science, Technology and Research*) também presta apoio às organizações e indústrias respectivas de Singapura para formar e atrair quadros qualificados, e uma das suas atribuições principais é, precisamente, contratar, em todo o mundo, os melhores cientistas para Singapura.

Quanto ao aperfeiçoamento das políticas migratórias, em Singapura há quatro tipos de cartão: cartão de emprego (*Employment Pass*), cartão de emprego individualizado (*Personalised Employment Pass*), cartão S (*S Pass*) e cartão laboral (*Work Pass*). Assim, as políticas migratórias de Singapura consistem no pressuposto de complementar e aumentar a população activa local, e, só quando o mesmo for satisfeito, os quadros com um determinado nível de técnicas é que podem passar a ser residentes permanentes. Ao mesmo tempo, ao empenhar-se em atrair quadros altamente qualificados do exterior, Singapura também dá atenção à salvaguarda das oportunidades de emprego dos locais. Por exemplo, antes de contratar os trabalhadores titulares do cartão de emprego, as empresas locais devem verificar se há ou não candidatos locais aptos. Mais, o Governo de Singapura cobra impostos adicionais sobre a contratação de trabalhadores titulares do cartão S ou do cartão laboral, e define as respectivas quotas, medidas que contribuem para garantir as oportunidades de emprego dos locais, assegurando que não haja nenhum conflito entre a introdução de quadros qualificados e o acesso ao emprego dos locais.

Em Singapura, há sempre um serviço especializado que se responsabiliza pela concepção dos regimes de introdução de quadros qualificados, independentemente de se tratar de cientistas de excelência ou dos comuns, portanto, o foco e o alvo são bem claros. Mais, isto conta ainda com um atractivo inerente às suas políticas migratórias, que visam evitar conflitos com o ambiente local no tocante ao acesso ao emprego. Trata-se de um modelo que merece referência por parte do Governo aquando da elaboração do futuro regime de captação de quadros qualificados.

Mais, no seio da sociedade há opiniões que se preocupam com a eventualidade de haver uma sobreposição funcional entre a Comissão de Desenvolvimento de Talentos e a comissão de aprovação e sugestão de captação de talentos a criar no futuro. Assim, sugere-se ao Governo que pondere e estude,

detalhadamente, os diversos modelos de Singapura, que variam consoante as organizações e quadros qualificados, por forma a definir bem o sistema e a estrutura funcional da futura comissão de aprovação e sugestão de captação de quadros qualificados, assim como a relação das competências e responsabilidades e as funções da mesma, a fim de evitar uma sobreposição funcional entre os serviços públicos, que pode pôr em causa a implementação do regime de captação de quadros qualificados.